



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXII - Nº 159 - SÁBADO, 6 DE OUTUBRO DE 2007 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente
Renan Calheiros – PMDB-AL
1º Vice-Presidente
Tião Viana – PT-AC
2º Vice-Presidente
Alvaro Dias – PSDB-PR
1º Secretário
Efraim Morais – DEM-PB
2º Secretário
Gerson Camata – PMDB-ES

3º Secretário
César Borges – DEM-BA
4º Secretário
Magno Malta – PR-ES

Suplentes de Secretário
1º - Papaléo Paes – PSDB-AP
2º - Antônio Carlos Valadares – PSB-SE
3º - João Vicente Claudino – PTB-PI
4º - Flexa Ribeiro – PSDB-PA

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 19	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PC do B/PRB/PP)- 27	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM ¹ /PSDB) – 29
LÍDER	LÍDER	LÍDER
VICE-LÍDERES	Ideli Salvatti – PT	Demóstenes Torres
.....	VICE-LÍDERES	VICE-LÍDERES
LÍDER DO PMDB – 19	Epitácio Cafeteira
Valdir Raupp	João Ribeiro	LÍDER DO DEM – 16
VICE-LÍDERES DO PMDB	Renato Casagrande	José Agripino
Wellington Salgado de Oliveira	Inácio Arruda	VICE-LÍDERES DO DEM
Valter Pereira	Marcelo Crivella	Kátia Abreu
Gilvam Borges	Francisco Dornelles	Jayme Campos
Leomar Quintanilha	Raimundo Colombo
Neuto de Conto	LÍDER DO PT – 12	Edison Lobão
	Ideli Salvatti	Romeu Tuma
	VICE-LÍDERES DO PT	Maria do Carmo Alves
	Eduardo Suplicy	LÍDER DO PSDB – 13
	Fátima Cleide	Arthur Virgílio
	Flávio Arns	VICE-LÍDERES DO PSDB
	LÍDER DO PTB – 6	Sérgio Guerra
	Epitácio Cafeteira	Alvaro Dias
	VICE-LÍDER DO PTB	Marisa Serrano
	Sérgio Zambiasi	Cícero Lucena
	LÍDER DO PR – 3	
	João Ribeiro	
	VICE-LÍDER DO PR	
	Expedito Júnior	
	LÍDER DO PSB – 3	
	Renato Casagrande	
	VICE-LÍDER DO PSB	
	Antônio Carlos Valadares	
	LÍDER DO PC do B – 1	
	Inácio Arruda	
	LÍDER DO PRB – 1	
	Marcelo Crivella	
	LÍDER DO PP – 1	
	Francisco Dornelles	
LÍDER DO PDT – 4	LÍDER DO P-SOL – 1	LÍDER DO GOVERNO
Jefferson Péres	José Nery	Romero Jucá - PMDB
VICE-LÍDER DO PDT		VICE-LÍDERES DO GOVERNO
Osmar Dias		Delcídio Amaral
		Antônio Carlos Valadares
		Sibá Machado
		João Vicente Claudino

¹ Alterada a denominação de Partido da Frente Liberal – PFL para Democratas, nos termos do Ofício nº 76/07 – DEM, lido em 2 de agosto de 2007.

EXPEDIENTE

Agaciél da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia
--	--

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 173ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 5 DE OUTUBRO DE 2007

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Discursos do Expediente

SENADOR HERÁCLITO FORTES – Solidariedade aos Senadores Pedro Simon e Jarbas Vasconcelos, substituídos como membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Comentários sobre matéria do jornal **Correio Brasileiro**, sobre a dependência da população com relação ao Programa Bolsa-Família. O anúncio da federalização do Banco do Estado do Piauí, o BEP. Contrariedade à entrevista concedida à imprensa pela Senadora Ideli Salvatti, afirmando que a CPI das ONGs não pode investigar a Rádio 13, de Santa Catarina. Indignação com a exclusão do Senador Valter Pereira da relatoria da CPI das ONGs. 34223

SENADOR ROMERO JUCÁ, como Líder – Exaltação ao Estado de Roraima, que completa dezenove anos de sua criação..... 34227

SENADOR EDISON LOBÃO – Considerações sobre a educação no Brasil. Esperança de que governo federal cumpra promessa de construir 70 novas escolas técnicas em 2008. 34228

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Registro de telefonema recebido do Senador Geraldo Mesquita Júnior em discordância a posicionamentos assumidos pelo Líder do PMDB no Senado, Senador Valdir Raupp. Considerações sobre fidelidade partidária e o julgamento realizado nesta semana, pelo Supremo Tribunal Federal, sobre o tema. Sugestão de que um partido dos partidos no Senado conceda vaga aos Senadores Jarbas Vasconcelos e Pedro Simon, para comporem a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Comentário sobre o artigo de Milú Villela, publicado na **Folha de S.Paulo**, em defesa da educação brasileira. Home-nagem pelo Dia Mundial do Professor..... 34230

1.2.2 – Ofício

Nº 71/2007, de 3 do corrente, da Liderança do Partido da República no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão Mista Especial destinada a acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil, criada pelo Ato Conjunto nº 1, de 2007..... 34237

1.2.3 – Avisos do Tribunal de Contas da União

Nº 32, de 2007-CN (nº 1.330/2007, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 1.827, de 2007-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentaram, referente ao acompanhamento do Relatório de Gestão Fiscal do 1º quadrimestre de 2007 (TC nº 015.711/2007-6). 34237

Nº 33, de 2007-CN (nº 1.450/2007, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 2.010, de 2007-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentaram, referente ao levantamento de auditoria nas obras de construção das eclusas de Tucuruí, no Rio Tocantins, Estado do Pará – Programa de Trabalho 26.784.0237.5750.0015 (TC nº 009.362/2007-8).. 34237

1.2.4 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR ROMERO JUCÁ – Congratulações pelo Dia Internacional do Idoso..... 34237

SENADOR GERSON CAMATA – Considerações sobre o transporte ferroviário no Brasil, a propósito do artigo do Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres, Gregório Rabelo, intitulado “Assentar Trilhos para Governar”, publicada no jornal **Gazeta Mercantil**..... 34238

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – EMENDAS

Nºs 1 a 23, apresentadas À Medida Provisória nº 395, de 2007..... 34240

SENADO FEDERAL

- 3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL**
- 53ª LEGISLATURA**
 - 4 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS**
 - 5 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES**
 - 6 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**
 - 7 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR**
 - 8 – PROCURADORIA PARLAMENTAR**

- 9 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**

CONGRESSO NACIONAL

- 10 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL**
 - 11 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**
 - 12 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL**
 - 13 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)**
-

Ata da 173ª Sessão Não Deliberativa, em 5 de outubro de 2007

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Edison Lobão e Heráclito Fortes

(Inicia-se a sessão às 9 horas)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. DEM – AM) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. DEM – MA) – Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

V. Exª dispõe de 20 minutos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Senador Cristovam Buarque, antes de entrar no tema que me traz a esta tribuna, quero associar-me à indignação do povo brasileiro contra um ato político cometido nesta Casa ontem, retirando da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania os Senadores Pedro Simon e Jarbas Vasconcelos.

Senador Edison Lobão, não me cabe aqui entrar na economia interna dos Partidos. O fato é claro: as Lideranças podem dispor desses cargos. Cabe ao Líder o remanejamento, e basta um ofício seu para que o ato seja completado. Mas o que revolta, Senador Cristovam Buarque, é o fato, como se processou essa substituição, a maneira, o momento, o desrespeito, acima de tudo, à memória extraordinária de um brasileiro que teve sua vida toda dedicada ao PMDB, que era Ulysses Guimarães. No justo momento em que se prestava a solidariedade, a homenagem pela passagem dos 15 anos de sua morte, urdiam essa substituição. Substituir sem causa clara figuras como Pedro Simon e Jarbas Vasconcelos é um ato de coragem, porque é uma agressão à lei da gravidade e, acima de tudo, à opinião pública.

Fui informado, há pouco, que já começa a haver movimentação, na cidade de Porto Alegre, de militantes, para protestarem contra esse ato cometido contra figuras históricas do Partido.

Faço este registro de solidariedade ao Senador Pedro Simon e ao Senador Jarbas Vasconcelos pelas histórias que os dois construíram conjuntamente com esse Partido ao longo de suas vidas públicas.

Simon e o PMDB se confundem. Digo isso na qualidade de ex-militante do Partido em um período de memoráveis lutas comandadas por Ulysses Guimarães. Faço esse registro, porque acredito que o

homem público não pode cometer em sua vida gesto de omissão.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – V. Exª me permite um aparte, Senador Heráclito Fortes?

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Com prazer, Senador Cristovam Buarque, concedo-lhe o aparte.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Heráclito Fortes, o senhor traz muito bem a lembrança de que os que, aqui, hipocritamente, faziam isso, na mesma hora, também homenageavam Ulysses Guimarães. É mais um carimbo nos que estão fazendo esse tipo de manipulação. É hipocrisia homenagear Ulysses e cassar dois dos que estiveram junto com Ulysses desde o começo, como o senhor também, até pela amizade pessoal. Essa hipocrisia é mais um carimbo, mais uma marca que vai pesar sobre os que estão tentando manejar, manipular o Senado, para dar mais tempo de vida à definição do que vai acontecer com o Senador Renan Calheiros. Esse gesto não foi apenas contra dois Senadores, mas foi contra a Casa inteira, porque a regra desta Casa – e o Senador Edison Lobão sabe disso mais que todos nós, pelo tempo que está aqui e por ter sido Presidente – é o diálogo entre Partidos e dentro dos Partidos. Quebraram o diálogo. Deram um golpe, um golpe, um golpe! Golpe não é só militar. Existem golpes burocráticos, e esse foi um golpe burocrático. Creio que a gente tem de fazer homenagem como essa que se está organizando em Porto Alegre, como o senhor disse, no Brasil inteiro, por essas duas grandes figuras humanas, mas também pela defesa da democracia, porque ela está ameaçada. Aqui, trazemos a lembrança do Dr. Ulysses Guimarães, que muito lutou pela democracia, e, agora, estamos deixando que seu Partido, que foi um instrumento fundamental da redemocratização, seja hoje instrumento da ditadura sob outras formas – não deixa de ser ditadura.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Agradeço a V. Exª, Senador Cristovam Buarque.

Fica feito, portanto, o registro.

Sr. Presidente Edison Lobão, V. Exª, que é homem de boa memória, até por ser, por formação, um brilhante jornalista, há de se lembrar do carnaval feito pelo Governo Federal no lançamento dos programas de combate à fome. Escolheu-se o Município de Gua-

ribas, no meu Estado, Piauí, como símbolo. Ontem, o **Correio Braziliense** trouxe uma reportagem pedagógica que mostra exatamente o que é Guaribas hoje, em que a dependência da população com relação ao Bolsa-Família é de quase 90%. Mas, com tudo isso, a evasão escolar aumentou, a fome cresceu, a cidade não evoluiu. São números que merecem uma avaliação cuidadosa, porque mostram que todos esses programas, que são meritórios, estão mal dirigidos.

Programas que têm como objetivo, Senador Cristovam Buarque, a inclusão social passaram a ser responsáveis pela dependência social. Estão sendo colocadas em casa, na ociosidade, pessoas com capacidade de trabalho. Muitos cidadãos, hoje, não querem mais emprego com carteira assinada, para não perderem o direito ao Bolsa-Família, que não exige nenhuma contrapartida. É preciso que essa questão seja examinada.

Senador Cristovam Buarque, em Brasília, V. Ex^a, em tom pioneiro, criou programas para estimular o estudante a freqüentar a sala de aula, mas exigia freqüência, notas e, acima de tudo, o que é fantástico, acompanhamento familiar, a presença dos pais nas reuniões. Agora, não há mais nada, não há absolutamente nada. E o País, que pede para crescer, que quer e que precisa crescer, tem suas oportunidades perdidas, porque está colocando na vala do vício toda uma geração.

V. Ex^a conhece o sertão do nosso Nordeste e sabe o quanto é revoltante passar nas praças daquelas cidades fantásticas do interior e ver o cidadão sentado no banco, “olhando o eixo do sol”, usando uma expressão local. Antigamente, faziam isso, porque estavam desempregados; hoje, têm o respaldo do Governo para fazê-lo. Há preocupação com a freqüência dos filhos na escola? Nenhuma! Não há contrapartida.

Guaribas é um caso, Senador Cristovam Buarque, que merece do Governo, pelo menos, um sinal de alerta. O Governo tem de examiná-lo. Não adianta querer dizer amanhã que essa é uma matéria para desestabilizar o Governo! A moda agora é essa. Não, é uma série de reportagens seriíssimas que o **Correio Braziliense** fez, e uma delas se deu exatamente na cidade de Guaribas.

Sr. Presidente, já que estamos falando do Piauí, o Presidente Lula, na sua campanha, foi a Teresina e, em praça pública, vestiu uma camisa, uma dessas camisetas, dizendo que o Banco do Estado do Piauí, o BEP, jamais seria privatizado. Aliás, bombardeou a candidatura de Geraldo Alckmin, exatamente atemorizando a população brasileira com a volta das privatizações. Agora, de maneira solerte, junta-se ao Governador do Estado e anuncia a federalização do Banco

do Estado do Piauí, por meio de uma operação com o Banco do Brasil.

O Governador Wellington Dias não pode vir à Brasília à socapa, na calada da noite, para acertar a venda do Banco, porque, moralmente, tem compromisso com sua categoria, já que é um bancário. Ele, moralmente, assumiu o compromisso, em praça pública, de que, na sua gestão, isso não aconteceria. Mas, Sr. Presidente, se ele, desavergonhadamente, cínica e descaradamente, resolve rasgar compromissos assumidos com o povo do Piauí, juntamente com o Presidente Lula, que faça a coisa de maneira clara, transparente, por meio de leilão! Já existem casas bancárias querendo oportunidade, para se habilitarem aos Bancos colocados à venda.

Santa Catarina, como não poderia deixar de ser, é outro Estado em que está havendo esse conchavo. Mas não quero entrar no caso de Santa Catarina, quero ficar no do Piauí.

Se eu estivesse falando aqui em privatização, ninguém estranharia: faço por convicção, acho que temos de diminuir o tamanho do Estado. Mas o Sr. Wellington, bancário, que assumiu o compromisso em praça pública e fez da manutenção da situação daquele Banco chefe de sua campanha, não terá mais condições de olhar nos olhos dos traídos funcionários do Banco do Estado do Piauí. É triste, lamentável, mas é a realidade. Este Governo, que combateu a privatização, agora, resolve enveredar pela mesma linha. Aliás, Senador Cristovam Buarque, se formos olhar, vamos ver que este Governo está fazendo tudo que combateu e criticou no Governo Fernando Henrique. O que é lamentável é que, mais uma vez, o Piauí pague o pato.

Quero dizer que essa ação entre o Banco do Brasil e o Banco do Estado da maneira que está sendo posta é passível de ação popular, porque não se pode, de maneira nenhuma, fazer o encontro de contas ou seja lá o que for, envolvendo um patrimônio que é do povo do Estado do Piauí.

Aliás, a federalização começada no Governo Fernando Henrique foi congelada nos primeiros quatro anos do atual Governo. Nenhuma palha se moveu no sentido de cumprir o que estava estabelecido. Coisa muito parecida, Senador Edison Lobão, faz-se com a Companhia Energética do Piauí (Cepisa). O Governo não se preocupa em resolver a situação daquela Companhia, mas, sim, em afundá-la, para que a iniciativa privada possa comprá-la pela bacia das almas. Em qualquer roda do setor energético, sabe-se o destino da Cepisa. Alguns arriscam, inclusive, com segurança, quem será o próximo comprador. É lamentável que isso ocorra!

O Governador e o Presidente falaram-me belezas do Luz para Todos, clone do Luz do Campo do Governo passado – no caso, melhor dizendo, do Governo retrasado. Essas promessas viraram escândalo

de que o Brasil todo tomou conhecimento. Mais uma vez, o prejudicado é o povo do Piauí, que não teve a integração da energia prometida e anunciada com tanto estardalhaço!

Concedo o aparte ao Senador Cristovam, com o maior prazer.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador, há diversos pontos aqui que me levam a pedir o aparte a V. Ex^a. Primeiro, quero falar sobre essa privatização do Banco e sobre a posição do Governador hoje, diferente da de antes. Ontem, o Supremo, Senador Lobão, decidiu que não se pode ser infiel ao Partido, mas não decidiu que o Partido não pode ser infiel aos eleitores. Eu me pergunto: quem é mais infiel? Quem muda de Partido ou o Partido que muda de posição? Quando um governante diz uma coisa antes e faz outra coisa depois, ele é menos infiel continuando no mesmo Partido do que um parlamentar que discordou da mudança dele e muda de Partido? Precisamos pensar também na fidelidade dos governantes aos seus compromissos de campanha e na fidelidade dos Partidos, porque há pessoas que saem de Partido para continuarem fiéis aos seus compromissos, aos seus princípios e aos seus eleitores – e talvez seja esse o caso agora, quando se promete não privatizar e se privatiza. Segundo, quero falar sobre o que acontece hoje nos programas do Governo. Aí temo, falando outra vez em hipocrisia, que haja hipocrisia na manipulação dos dados, coisas que a gente acusava que o regime militar fazia. O Governo tem divulgado a idéia de que diminuiu a pobreza. É falso! O que diminuiu foi a enorme brecha que havia entre a renda dos mais ricos e a dos de lá de baixo. Houve uma ligeira melhora na renda. Isso não quer dizer sair da pobreza. O cidadão só sairia da pobreza se tivesse dado um salto para uma altíssima renda, porque aí poderia comprar uma escola, aí poderia pagar um seguro de saúde, aí poderia colocar água e esgoto na sua própria casa, sem precisar do Governo. Mas a população pobre não sai da pobreza pela renda, ela só sai da pobreza se o Governo assegura escola de qualidade para todos, se o Governo assegura água e esgoto, se o Governo assegura aquilo que é essencial na área de saúde. Há hipocrisia muito grande na maneira como se está defendendo que se reduziu a pobreza no Brasil apenas por que alguns reais a mais a população pobre recebe por conta da transferência de renda. Isso não é suficiente para sair da pobreza nem de longe, até porque a linha da pobreza não deve ser horizontal por conta da renda, deve ser vertical, se há ou não acesso ao que é importante. Por isso, fico feliz de estar ouvindo seu discurso denunciando essa realidade que o **Correio Braziliense** aqui levantou e que mostra que há hipocrisia na maneira como os dados estão sendo trabalhados. A pobreza continua, e o mais grave é que a desigualdade aumentou, não especificamente na renda

– e a renda não é o indicador melhor para dizer se uma pessoa tem bem-estar suficiente para considerar-se fora da pobreza. Finalmente – espero que hoje a gente tenha muito mais tempo –, quero dizer, Senador Heráclito, que há uma coisa mais grave ainda do que esses homens que, como o senhor falou, a gente vê “olhando o eixo do sol”. Há uma coisa mais grave: saber que os filhos deles também vão ficar na mesma posição. Se eles estivessem nessa situação, mas soubessem que os filhos na escola estavam adquirindo o conhecimento necessário para uma vida ativa, produtiva e remunerada, sem necessidade de assistência, tudo bem, pois seria uma geração que a gente teria perdido para construir outra. Mas, do jeito que estão as coisas, a próxima geração “continuará também na calçada, olhando o eixo do sol”. Por isso, fico feliz que o senhor esteja trazendo esses problemas aqui, para ver se a gente desperta a opinião pública para saber que algo de mau está por trás dessas falsas estatísticas – ou melhor, dessa manipulação das estatísticas, que não são falsas –, da hipocrisia com que os dados são trabalhados no Brasil.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Senador Lobão, eu solicitaria a V. Ex^a a generosidade de me dar mais alguns minutos para o último tópico do meu pronunciamento, apenas para que eu faça um registro.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. DEM – MA) – Tê-los-á V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Por último, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero fazer um registro aqui, Senador Edison Lobão, de um fato que me deixou perplexo. Fui procurado pela imprensa ontem; não acreditei. Hoje, vi nos jornais: era verdade.

Tenho por praxe não falar assuntos que envolvem companheiros quando estão ausentes do plenário. Daí por que vou detalhar esse pronunciamento no começo da semana que vem. Mas, diante do que está colocado nos jornais e do que sei que é uma arapuca montada, quero apenas prevenir a imprensa e o próprio Palácio do Planalto.

A Líder do Governo, Senadora Ideli Salvatti, ao cair da noite, no mesmo instante em que se cassavam Jarbas e Pedro Simon, reuniu a imprensa, para dizer que a CPI das ONGs não pode investigar uma tal de Rádio 13, de Santa Catarina, pelo simples fato de que da Rádio 13 participa ou participou uma filha do Presidente da República.

Sr. Presidente, em momento algum, a Rádio 13 foi motivo de discussão aqui. Tenho por costume não me envolver em assuntos de família, até porque o que se sabe, Senador Lobão, é que essa senhora foi usada por inescrupulosos militantes do PT de Santa Catarina, que se aproveitaram do encosto poderoso de uma filha

de um Presidente da República e que, à sua sombra, montaram uma entidade para extorquir. E, até onde se sabe, há uma chance grande de ela ser mais íntima do que a gente. Aproximaram a moça de gabinetes, deram-lhe abrigo e, a partir daí, usaram desse mecanismo para ter acesso aos cofres públicos.

Querer jogá-la como carapaça de proteção é muito estranho. Dizer que não pode ser apurada uma ONG de quem quer que seja é grave. Até porque foi o próprio Partido dos Trabalhadores que estabeleceu prazo – retroagiu para 1999 na esperança de pegar alguém do governo passado. É bom que pegue. Precisamos acabar com essa história de separar ladrão da esquerda de ladrão da direita, ladrão do centro de ladrão do meio. Tudo é uma coisa só, Senador.

Agora há essa moda, essa mania. Dizem que a CPI das ONGs é para desestabilizar a esquerda. Não sabia que a esquerda era gatuna. Se há gente da esquerda participando, Senador Cristovam, de atos dessa natureza, que pague o pato. Mas esse não é o objetivo, até porque a Casa da Moeda, que já foi até motivo de escândalo neste Governo, por outros motivos, ao que me consta não está fazendo cédulas diferenciadas para diversas ideologias. O dinheiro que o Banco Central imprime é impessoal e manipulado por todas as tendências.

Aliás, Senador Lobão, já vi muito esquerdista se desvirtuar da sua história quando tem contato direto com o vil metal. Já vi muita gente de história bonita tomar atitudes de fazer inveja a truculentos ditadores quando têm acesso à caneta.

Portanto, é preciso que se acabe com essa história de se querer proteção usando esse chavão antigo. E no PT agora virou moda. O Lula, que tem uma blindagem natural, pode dizer o que quiser e não pega. Agora, as pessoas acham que podem ser o Lula. Há uma diferença muito grande.

Lamento ter sido a Líder do Governo – este é o registro que eu quero fazer – exatamente quem levou à imprensa esse fato, até porque – ela sabe – é um fato que está sendo investigado em segredo de justiça, ao qual não se tem acesso. Portanto, não cobrem amanhã o Palácio do Planalto, a Líder do Governo ou quem quer que seja da oposição esse fato ter vindo à baila, essa defesa antecipada, essa exposição de um episódio que saiu da mídia, até porque a entidade nem mais existe.

A entrevista, Senador Lobão, é grave! A arrogância e a prepotência da Líder chega ao ponto de assumir que foi ela quem demitiu da relatoria o Senador Valter Pereira, e acusa o Senador Valter Pereira de ser o responsável por aquela rebelião coletiva que nós tivemos aqui e que defenestrou o Sr. Mangabeira Unger daque-

la Secretaria de longo prazo que foi transformado em Ministério instantâneo.

Sr. Presidente, foi a maior união de pensamentos que eu vi em toda minha história parlamentar. Naquele dia, quem não votava, tossia. Eu não vi, por exemplo, a Líder, que hoje acusa o Valter, fazer protesto, levantar questão de ordem, pedir verificação, aquelas filigranas regimentais que todos nós conhecemos. O que eu vi foi, de todos, o esboço de um sorriso de satisfação pela derrota daquele que, num passado não tão distante, dizia que o Governo do Presidente Lula era o governo mais corrupto da história do Brasil.

Querer agora sacrificar o Senador Valter Pereira e culpá-lo pelo gesto é tentar fazer todos nós de tolos e de inocentes. Aliás, o voto encaminhado pelo Líder Valdir Raupp deixou bem clara a posição do Partido como um todo. Por outro lado, Senador Edison Lobão, se a Liderança do PMDB, do Senador Valter Pereira, chegou ao ponto de induzir a Bancada a votar da maneira que votou, está na hora de esse Partido trocar de Líder. É preciso muito prestígio, muito poder de persuasão para conseguir um feito daquela natureza. Daí por que faço este registro.

Com a permissão do Senador Edison Lobão, concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador, agradeço que V. Ex^a me conceda mais um aparte, porque recebi aqui uma mensagem do Senador Suplicy pedindo que lhe fizesse um aparte. O que vou falar aqui é em nome do nosso companheiro Eduardo Suplicy. Ele mandou o seguinte recado:

Prezado Senador Heráclito, telefonei hoje cedo para o Senador Pedro Simon e para o Senador Jarbas Vasconcelos prestando a minha solidariedade. Durante a sessão de ontem, em homenagem ao Deputado Ulysses Guimarães, eu já havia externado que não seria admissível que se afastassem os Senadores Pedro Simon e Jarbas Vasconcelos da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça). Ao me despedir dos Deputados Michel Temer e Paes de Andrade, Presidente de Honra e Presidente do PMDB, ambos me informaram que agiriam para não permitir que aquilo se concretizasse. Faço um apelo público para que o Líder, Senador Valdir Raupp, reconsidere a decisão. Assina o Senador Eduardo Suplicy, às 9h54 de hoje, 5 de outubro de 2007. É com prazer que faço a leitura dessa mensagem neste aparte concedido por V. Ex^a. Agradeço-lhe por me haver permitido ler algo que vem de um Senador tão importante, manifestando com clareza o seu repúdio a esse gesto autoritário, golpista, que foi feito ontem contra duas pessoas da máxima credibilidade.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Não nos surpreende atitude dessa natureza partir do Senador Eduardo Suplicy. Atitudes assim explicam por que ele não é escolhido para relator ou para membro de comissões com decisões importantes, explicam o fato de ele ser considerado o patinho feio do partido. Se lhe respeitam, é pelo respeito que o povo de São Paulo lhe tem demonstrado nas diversas provas por que passou nas urnas.

Agradeço, Senador Eduardo Suplicy, o gesto de V. Ex^a. Tenho certeza de que é nessas horas que se faz a diferença.

Quero deixar bem claro, inclusive, Senador Cristovam Buarque, que o episódio do afastamento dos dois Senadores e o processo que envolve o Presidente da Casa são dois fatos distintos. Querer misturá-los é dar tiro no pé, não faz bem a ninguém, Senador Romero Jucá. A atitude, ontem, de afastamento de dois colegas seus da Comissão de Constituição e Justiça não faz bem a esta Casa, não faz bem ao Partido de V. Ex^a, ao qual eu já pertenci, não faz bem à democracia brasileira.

Fica feito o registro.

Apenas quero fazer uma retificação que recebi aqui, até registrando a presença de um catarinense que assiste a tudo, que é o Deputado Gervásio Oliveira. A ONG – vejam como estou desligado da ONG da filha do Presidente Lula – não é Rádio Treze, é Rede Treze. O Deputado Gervásio deve conhecer bem não a história da Rede Treze, mas a dos que se aproveitaram de uma situação para mexer com o que é alheio.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. DEM – MA) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá para uma comunicação de Liderança, por cinco minutos.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu pedi a palavra para fazer um registro extremamente importante para o País, mas mais ainda para o meu Estado de Roraima.

Hoje, dia 5 de outubro, faz 19 anos que a Constituição de 1988 foi promulgada. Com a promulgação da Constituição, foram criados os Estados de Roraima e do Amapá. Portanto, hoje, o Estado de Roraima completa 19 anos de criação – implantado a partir de 1º de janeiro de 1991, o Estado tem 17 anos de implantação.

E peço a palavra, Sr. Presidente, para fazer alguns registros. O primeiro deles é no sentido de parabenizar toda a população do Estado, toda a população que vive naquela terra, que luta com muita dificuldade, povo que veio do Brasil todo, porque somente 30% dos habitantes de Roraima nasceram em Roraima. Aliás, Senador Edison Lobão, a maior colônia de habitantes

do Estado de Roraima, a maior representação estadual no Estado de Roraima, é exatamente dos maranhenses, que foram para lá ajudar a construir o Estado e a construir a sua vida.

Portanto, a minha primeira palavra é de exaltação, de parabéns, de reconhecimento da garra do povo de Roraima e, principalmente, de reafirmação de que o Estado e o povo de Roraima têm um futuro promissor.

Em segundo lugar, gostaria de dizer que devo tudo ao Estado de Roraima, Sr. Presidente. Cheguei para ser Governador do Território no dia 17 de setembro de 1988. Poucos dias depois, como disse, a Constituição era promulgada e participei, como Governador do Território, da festividade, do evento, ali no plenário da Câmara dos Deputados, quando o Presidente Ulysses Guimarães, de certa forma, conduziu a construção de uma constituição chamada Constituição Cidadã.

Passei, como Governador do Território, um ano e cinco meses. E enfrentamos, nesse período, grandes desafios para preparar o Estado. Na coragem, Senador Cristovam, implantei uma universidade federal, que não havia no Estado de Roraima, com recursos do Estado, não esperei pelo orçamento do Ministério da Educação, não, porque sabia que um grande elemento de transformação do nosso Estado, que iria crescer, sem dúvida nenhuma seria uma universidade.

Quando cheguei em Roraima, para fazer uma faculdade os jovens tinham de se retirar e estudar em outros Estados. Era uma sangria brutal para o futuro do Estado, primeiro, porque havia um processo seletivo: quem tinha um pouco de recurso, tinha condição de fazer um curso superior; quem não tinha dinheiro, não tinha condição de viajar e de fazer um curso superior. Depois, muitos dos jovens que com esforço iam estudar fora não voltavam porque construíam uma vida onde estudavam – conseguiam emprego, namoravam, casavam –, e Roraima perdia o seu potencial de futuro. Então, implantamos a universidade. Levei a Eletronorte para gerar energia porque Roraima vivia sob racionamento. Implantamos um banco do Estado. Enfim, fizemos uma série de obras, ações e contratação de pessoal, com a posição do então Presidente José Sarney, e viabilizamos estruturalmente o futuro de Roraima.

Passaram-se 17 anos da implantação do Estado. Roraima caminhou, é verdade. O Estado de Roraima cresceu, também é verdade. Hoje temos uma grande capital, que é Boa Vista. Se comparada com Palmas, Macapá e outras cidades do Norte, Boa Vista tem uma qualidade urbanística e estruturante como cidade muito superior. Se é verdade que crescemos na capital, que transformamos Boa Vista em uma grande capital, infelizmente não poderia dizer o mesmo da estrutura econômica do nosso Estado. Há 17 anos estamos pa-

rados no tempo, muitas vezes até regredindo, quando Roraima poderia estar em outra situação econômica.

Senador Heráclito Fortes, somos fronteira com a Guiana e com a Venezuela, temos o mercado do Amazonas e, mais do que isso,

(Interrupção do som.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – ... temos condição de produzir alimentos na Amazônia sem devastar, porque temos os nossos lavrados, os cerrados e as várzeas da Amazônia. E o Projeto Vale do Rio Branco, desenvolvido pela Prefeitura de Boa Vista, mostra hoje como é possível produzir frutas na Amazônia com rentabilidade maior do que em Petrolina, no meu Estado de Pernambuco. Boa Vista hoje produz uva, produz figo, produz manga padrão exportação, e esse é o caminho para o desenvolvimento auto-sustentado de Roraima, respeitando o meio ambiente, respeitando as populações indígenas e dando condição de se produzir na Amazônia um produto de qualidade que possa ser colocado no mundo inteiro.

Neste breve discurso, quero registrar que estou levantando todos os dados de transferências de recursos feitas pela União, pelo Governo Federal, ao longo desses 17 anos, porque o Governo Federal foi generoso com o Estado de Roraima, transferiu recursos necessários para a infra-estrutura e para o desenvolvimento social que, infelizmente, não foram conduzidos, talvez, da melhor forma, pelo melhor caminho, na melhor direção da libertação, da educação e do desenvolvimento respeitoso. Mas estamos levantando para mostrar o paralelo entre o volume de recursos que chegaram ao nosso Estado e, infelizmente, o quadro econômico e social que ainda vivemos.

Mas hoje não é dia de registrar só isso. Eu quero, principalmente, para concluir as minhas palavras, registrar a minha confiança no futuro de Roraima e a certeza de que o nosso Estado vai ser um Estado modelo para o Brasil. Temos tudo para isso, Senador Edison Lobão, e não vamos abrir mão dessa luta. Vamos continuar a trabalhar, a lutar, a levar recursos, a discutir projetos e a discutir modelos de desenvolvimento.

A Amazônia precisa ser encarada, pelo Brasil, como uma prioridade, para que possamos, efetivamente, gerar um padrão de desenvolvimento compatível com a região e compatível, inclusive, com a visão internacional. Chega de dizer que estamos depredando a Amazônia, que queremos, de certa forma, desarticular aquele patrimônio que a humanidade nos deu. Temos propostas; Roraima tem propostas e vai construí-las com o apoio, com a fé e com o trabalho do povo roraimense, que é o grande instrumento de transformação do nosso Estado.

Ficam aqui, Senador Heráclito Fortes, as minhas palavras de apreço, de reconhecimento ao Estado de Roraima, a seu povo e, principalmente, de parabéns pelo aniversário. Registro aqui que não desanimamos. Perdemos tempo, patinamos durante esses anos, mas é possível recuperar o tempo perdido. Tenho certeza de que vamos recuperá-lo com trabalho, com amor e com dedicação ao Estado de Roraima.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Romero Jucá, o Sr. Edison Lobão, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Heráclito Fortes.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. DEM – PI) – Concedo a palavra ao nobre Senador Edison Lobão.

V. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. EDISON LOBÃO (DEM – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em diversas oportunidades, vali-me desta tribuna para destacar a importância de se priorizar a educação no Brasil, indiscutivelmente o principal instrumento para alcançarmos níveis mais condizentes de desenvolvimento econômico e social.

Desta vez, fico na esperança de ver realmente o Governo Federal cumprir o que anunciou ao Brasil, ou seja, construir 70 novas escolas técnicas. No meu querido Estado do Maranhão serão construídas três dessas escolas em 2008, nas cidades de Caxias, Timon e Barreirinhas. Em 2009, serão contemplados os Municípios maranhenses de Pinheiro, Barra do Corda e São João dos Patos; e, em seguida, já no ano de 2010, será a vez de Bacabal e de Alcântara.

Segundo informações do próprio Ministério da Educação, as obras dessas escolas técnicas devem começar em janeiro vindouro, quando também serão realizados os concursos de admissão e, no segundo semestre, as tão esperadas aulas. Essa é uma notícia auspiciosa que merece da nossa parte o aplauso. Todavia, devemos estar atentos para que tais medidas sejam efetivamente executadas e que o anúncio não fique apenas no papel, como muitas vezes acontece.

Creio que não preciso destacar a relevante importância de uma escola técnica. De um lado, para ela afluem os jovens geralmente de baixa renda, vocacionados para determinadas profissões técnicas; de outro lado, contribui para reduzir a avalanche dos que procuram os cursos superiores, os quais, não raro, frustram aqueles que, mesmo com o diploma na mão, defrontam-se com a carência de oportunidades profissionais que se oferecem para os que se especializaram em cursos técnicos.

Sempre fico estupefato, Sr. Presidente Heráclito Fortes, com a insensibilidade de nossos governos em

relação a essa vertente do desenvolvimento. Nas nações desenvolvidas, os cursos técnicos profissionalizantes são ministrados paralelamente ao ensino clássico. São uma imensa porta que se abre para a juventude que aspira, com mais rapidez, a uma especialidade profissional e a um emprego no qual dará vazão aos seus conhecimentos práticos. Haja vista o excepcional êxito dos cursos mantidos por instituições como o Senai e o Senac, que têm promovido a especialização profissional de dezenas de milhares de nossos jovens patricios. De igual modo, tais escolas oferecem decisiva contribuição para o desenvolvimento e o crescimento das regiões beneficiadas.

Sr. Presidente, o anúncio oficial de criação de novas 70 escolas técnicas, portanto, parece o instante em que a administração que se dá conta da importância desse ensino.

Aqui está o Senador Cristovam Buarque. Eu já disse uma vez e repito: S. Ex^a é, nesta Casa, o meu farol em matéria de educação e de ensino. A vida inteira, ele se dedicou ao estudo da questão que considero, como ele, a mais importante do País. Ou nós damos solução ao problema do ensino no Brasil ou ficaremos eternamente patinando entre as nações que se desenvolvem. Sei que S. Ex^a é, como eu, adepto dessa providência de se espriarem escolas técnicas em nosso País. Na medida em que fizemos isso, estaremos não apenas aparelhando brasileiros para esse tipo de requisição da economia nacional, do progresso e do emprego, como estaremos também até evitando a corrida para as universidades, onde muitas vezes o ensino não é de boa qualidade, acabando por resultar naquele espetáculo que, a todo instante, estamos vendo, sobretudo em relação aos que se formam em Direito, que, tentando obter o registro da Ordem dos Advogados, acabam não sendo aprovados. Mais de 90% dos que concorrem ao registro da Ordem dos Advogados são rejeitados, não são aprovados. Isso é uma tristeza para nós, porque é a demonstração da precariedade do ensino universitário em nosso País.

Ouçó, com muito prazer, o Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Edison Lobão, parabéns por estar trazendo esse assunto. O senhor tem toda a razão. Hoje o esforço maior está dirigido às universidades – e temos de fazer o esforço, mas não pode ser o maior. O maior tem de ser na educação de base, especialmente no ensino médio e – aí sim – na formação técnica de que o senhor fala. Não há jeito de haver uma universidade de qualidade enquanto a educação de base for deficiente. Primeiro, porque, se todos não terminarem o ensino médio, escolheremos os que vão para a universidade entre uma minoria, jogando fora o potencial dos que

não chegaram ao final do ensino médio. Oitenta e dois por cento, hoje, não concluem o ensino médio com qualidade, não disputando, portanto, a universidade. Além disso, mesmo os que disputam e conseguem entrar, entram com deficiência, forçando a qualidade para baixo. A escola técnica é o caminho para que todos saiam do ensino médio com um ofício. Defendo que haja um ano a mais no ensino médio – em vez de três, quatro anos – e que todos saiam com um ofício. Além disso, que haja o máximo de escolas técnicas, como as que o senhor está agora elogiando, comemorando. Tem toda razão, esse é o caminho: fortalecer a educação de base, fortalecer o ensino médio, fortalecer a formação técnica nesse ensino médio. Um grande abraço, parabéns por estar trazendo este assunto e muito obrigado pelas palavras carinhosas que me dirigiu.

O SR. EDISON LOBÃO (DEM – MA) – E que são sinceras. Agradeço, Senador Cristovam Buarque, a contribuição de V. Ex^a a este modesto pronunciamento meu, porque sei que esse é o caminho. Ou seguiremos por ele ou não estaremos seguindo o caminho certo.

Sr. Presidente, o Ministério da Educação, segundo se informa, vai investir R\$ 750 milhões na construção de escolas até 2010 em 150 municípios. Todos os Estados e o Distrito Federal serão contemplados na segunda fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Haverá, ainda, a destinação de mais R\$500 milhões, por ano, para custeio e salários de professores e funcionários.

O Secretário de Educação Profissional e Tecnológica, Eliezer Pacheco, anunciou uma mudança, para 2008, na projeção inicial de implantação de 50 unidades a cada ano, até chegar a 150 unidades escolares deste porte em 2010. “Identificamos 35 municípios com edificações prontas”, salientou ele. Segundo Pacheco, o Ministério da Educação vai concentrar esforços para implantar 70 unidades em 2008, outras 50 em 2009 e deixar apenas 30 para 2010, ou seja, tentará antecipar o cronograma pelo Ministério da Educação estabelecido.

Para que isso ocorresse, os municípios apresentaram contrapartidas ao MEC, que exigiu apenas a doação do terreno. A partir daí, especialistas em diversas áreas analisaram as propostas e criaram um *ranking* por Estado para definir o cronograma da implantação. Quanto maior e mais qualificadas as contrapartidas, mais rapidamente o município vai receber a nova unidade escolar.

Desde o início de setembro, as prefeituras têm 120 dias para discutir as áreas nas quais serão oferecidos cursos e concretizar as propostas.

A expansão da rede de escolas técnicas está prevista no Plano de Desenvolvimento da Educação. O Ministro da Educação, Fernando Haddad, considera a criação das 150 escolas até 2010 uma das ações

estratégicas mais importantes do seu plano de administração da educação. Afirmou S. Ex^a, recentemente, que o Governo Federal irá construir “pelo menos um instituto federal de educação, ciência e tecnologia por Estado”, pois tem-se como objetivo “fortalecer a educação pública no País, sobretudo no que diz respeito ao ensino médio”.

O objetivo do MEC é fortalecer o vínculo de cada unidade com sua região. A idéia é que, com a fixação dos jovens nessas regiões, não será necessário que eles migrem para os grandes centros em busca de oportunidades educacionais.

Esse, Sr. Presidente, é um tema pelo qual tenho uma atenção especial. Além dos meus pronunciamentos em torno do assunto, sou autor de projeto, aprovado nesta Casa e em tramitação na outra Casa do Legislativo, criando escolas técnicas em vários municípios, entre as quais a de São Raimundo das Mangabeiras, no Maranhão, que acaba de ser também adotada pelo Governo Federal.

Espero que este Governo mantenha firme a decisão anunciada de construir tais novas escolas técnicas federais em nosso País. Assim procedendo, tenho certeza de que terá o justo apoio irrestrito da sociedade brasileira, que tanto clama por melhores investimentos em nosso País.

Quando governei o Maranhão, tive a feliz oportunidade de investir em educação pública de qualidade. Aqui, desta tribuna, em março deste ano, recordei que, como Governador do Estado, dediquei grande ênfase à educação, tendo concluído o mandato com o certificado de melhor desempenho na área no período, expedido por trabalho acadêmico de cientista da prestigiosa Fundação Getúlio Vargas. O Maranhão, à época, foi considerado o Estado que mais investiu recursos orçamentários em educação.

Repito o que já disse em pronunciamento anterior: os governantes não devem “varrer para debaixo do tapete as mazelas e dificuldades”. Elogio, pois, essa iniciativa do Governo Federal em relação à tentativa de melhorar o quadro crítico na educação brasileira.

Concluo, Sr. Presidente, o meu pronunciamento, dizendo que o Brasil precisa de fato resgatar essa dívida que ainda remanesce para com o setor de escolas técnicas. Ao longo das décadas, os investimentos na ampliação dessa rede de ensino foram insuficientes e carentes de programação. Esperamos e desejamos que tal situação se inverta, pois é uma exigência dos que aspiram à valorização dos setores que muito podem oferecer aos avanços perseguidos pelo nosso País.

Concluindo meu discurso, quero cumprimentar o povo de Roraima, assim como o Senador Romero Jucá, que aqui ocupou esta tribuna para fazer o mesmo, pelo aniversário de criação daquele Estado. É,

sem dúvida nenhuma, um Estado que se projeta com grande força, ainda carente de desenvolvimento, mas com amplas fronteiras de possibilidades de desenvolvimento. Sei que grande parte da população daquele generoso Estado pertence ao meu, o Estado do Maranhão, e a todos envio, portanto, o meu abraço e os meus cumprimentos.

Sr. Presidente, muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. DEM – PI) – Pois não, tem V. Ex^a a palavra pela ordem.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, recebi um telefonema do Senador Geraldo Mesquita, na mesma linha do telefonema anterior do Senador Suplicy. Eu gostaria de transmitir à Casa o que ele me disse, que anotei ponto por ponto, e chamaria a atenção do Senador Jucá para esse telegrama.

O Senador Geraldo Mesquita está participando de uma reunião do Mercosul. Ele não apenas é um Parlamentar do Mercosul como também é o coordenador da nossa Bancada de brasileiros. Ele me disse exatamente que se sente indignado e que não reconhece mais a liderança do Líder do PMDB, Senador Raupp. Disse-me isso e repetiu, com a voz firme de quem está indignado, e continuou dizendo que renuncia a todos os cargos que ele ocupa no Senado, indicados pelo PMDB. Essa é uma posição firme que ele assume porque não reconhece o Líder que o indicou. Ele considerou uma indignidade a situação atual e disse que é preciso reagir. E não só a isso, mas também à exclusão do Senador Valter Pereira da relatoria da CPI das ONGs. Ele disse que ligou para três companheiros de Partido, Jarbas Vasconcelos, Pedro Simon e Garibaldi Alves Filho, e disse a eles que o PMDB, na Liderança do Senador Raupp, está cometendo um haraquiri diante da sociedade brasileira.

Disse que não vai renunciar, obviamente, à filiação, porque ele quer ficar dentro do Partido, lutando para mudar o PMDB. Disse que isso foi feito na calada da noite de uma quinta-feira – a longa noite que dura até a terça-feira, no caso do Senado –, e que é preciso que haja uma reação forte do Senado, uma reação forte dos seus companheiros do PMDB em relação ao que foi feito.

Essa é a mensagem que o Senador Geraldo Mesquita pediu-me para ler, e que anotei, com muito cuidado, para não ser infiel a nenhuma de suas palavras.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR CRISTOVAM BUARQUE EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, Inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. DEM – PI) – A Presidência determina o registro, nos Anais da Casa, da presente declaração.

Concedo a palavra ao nobre Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Heráclito Fortes, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, creio que estamos vivendo um momento de loucura política; e essa loucura prova o atraso da política brasileira.

É inacreditável que, em pleno século XXI, vinte anos depois de estarmos com a democracia em funcionamento, seja preciso que o Supremo Tribunal se reúna para discutir sobre fidelidade partidária. Isso deveria ser algo tão entranhado dentro de cada político que não deveria ser necessário que o Supremo Tribunal se intrometesse nesse assunto.

Lamentavelmente, fidelidade não é um valor entranhado na ação nossa de políticos, mas não é esse o único atraso. O atraso, a meu ver, igualmente ou até mais grave, é que se discute fidelidade à sigla; não se discute fidelidade a compromissos, à coerência, a princípios. Discute-se se uma pessoa é fiel ao partido sem se discutir se o partido é fiel à causa que defendeu na eleição. Creio que é absurdo que, no século XXI, a gente ainda esteja atrás de obrigar a fidelidade, em vez de a fidelidade ser algo natural.

Por que eu disse que está havendo uma loucura? Porque a maneira como o Supremo agiu ontem foi como colocar camisa-de-força no corpo do funcionamento dos partidos e dos políticos; e camisa-de-força é algo necessário para loucos e ensandecidos. Só que camisa-de-força não cura loucura; camisa-de-força controla o doente contra as coisas erradas que ele pode fazer na sua insanidade, mas não cura a loucura. O que cura a loucura é um tratamento psiquiátrico longo e uma psicanálise demorada – às vezes!

O corpo político brasileiro, na loucura que enfrenta, é até capaz de precisar de uma camisa-de-força, mas não nos iludamos: essa camisa-de-força nem de longe vai curar, nem de longe vai resolver o problema, porque o enfoque está equivocado. Afinal de contas – e o discurso do Senador Heráclito Fortes, mais cedo, permitiu pensarmos nisto –, quem é mais infiel? Quem saiu, por exemplo, do PT, como eu, por discordar do encaminhamento das coisas, ou quem ficou e aceitou a mudança de princípios?

A minha convicção – e lamento que não tenham incluído o Senado no processo de ontem, porque eu gostaria de ouvir o julgamento também em relação a nós, Senadores –, a minha sensação, com a minha consciência, é a de que mudei de partido para ser fiel aos eleitores. Mudei de partido, Senador Lobão, para continuar fiel aos princípios; mudei de partido para ser coerente. E a palavra “coerência” não entra em discussão; entra apenas a palavra “fidelidade”. Mas fidelidade a quê? À sigla, não ao partido. Porque, com toda

franqueza, qual dos partidos, hoje, a gente pode dizer que tem coerência interna em torno de princípios, de valores, de ideologia?

Imagine, Senador Lobão – eu não gostaria de “fulanizar” –, um eleitor que vota no Partido Comunista do Brasil por convicção comunista. O PCdoB, hoje, é fiel aos valores, aos princípios comunistas? Claro que não, e eles devem estar contentes que eu diga que não. Mas, e quem votou nele porque era comunista?

O que defendeu o Partido dos Trabalhadores em 2002 e o que defendem hoje os filiados do Partido dos Trabalhadores, pelo menos os que estão nesta Casa? Desafio, Senador Heráclito, alguém a me dizer quem é mais fiel a 2002: alguns que ficaram ou alguns que saíram do Partido dos Trabalhadores? A fidelidade aos princípios, aos valores, aos discursos durante a campanha. Desafio que comparem o que digo hoje com o que eu dizia em 2002; e desafio que comparem o que muitos filiados que continuam lá diziam em 2002 e dizem hoje.

Fidelidade a quê? Fidelidade burocrática é o que foi votado ontem. E não estou contra; é até preciso colocar uma camisa-de-força quando o doente está ensandecido. Mas não nos iludamos: ontem, não se deu nenhum passo radical para se curar a esquizofrenia da política brasileira, porque ela tem uma causa mais profunda. Nós, os políticos, não estamos acenando corretamente para um rumo, digamos assim, de um Brasil mais civilizado. Até podemos estar dando pequenas colaborações para que volte o crescimento, para que se ponha um pouco mais de dinheiro na Educação, para que se tente fazer com que a Justiça funcione um pouquinho melhor. Aqui e ali, votamos algo que dá um pequeno, ligeiro veio de arrumação, mas retomar a marcha, não. Retomar a marcha como se fez em 1822, quando se trouxe a Independência; em 1889, quando se fez a República; em 1888, do século XIX, quando se aboliu a escravidão; em 1955, quando Juscelino trouxe o rumo do desenvolvimento, agarrando o que Getúlio havia começado em 1930. Novo rumo desse tipo, não estamos dando. Se estivéssemos fazendo isso, esta Casa estaria dividida entre os que pensam de um jeito e os que pensam de outro, e aí a fidelidade seria automática.

Ninguém muda de um partido de cujos princípios está convicto. A pessoa muda quando as convicções ficaram incompatíveis dentro daquele Partido, ou por oportunismo, fisiologismo, quando os partidos não significam nada.

A verdade é que os partidos deixaram de significar o conjunto firme de princípios, de propostas para o Brasil. Então, é a fidelidade de filiação, não é a coerência de militância. A gente precisa é ter coerência de militância, mais do que fidelidade de sigla. Para isso, as siglas precisam ser partidos, e, hoje, as siglas não são partidos.

Ontem, colocou-se uma camisa-de-força, e, como eu digo, as camisas-de-força são necessárias em al-

guns momentos. Por isso, eu não julgo se foi errado ou certo. Não quero entrar nisso. Eu até tenderia a dizer que há muito de certo em se colocar essa camisa-de-força, mas a gente precisa curar o doente, e o doente não vai ser curado com a camisa-de-força.

Antes de conceder o aparte ao Senador Heráclito, eu queria pegar mais um exemplo disso. Ontem, e já falamos aqui demais – o próprio Senador Heráclito –, o PMDB cassou dois dos seus Senadores da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, porque eles pensavam diferentemente em relação à cobrança num processo de ética que está em julgamento. Eu pergunto: quem é que tem mais fidelidade ao PMDB do que Jarbas Vasconcelos e Pedro Simon? Deve haver alguns que tenham a mesma fidelidade, mas mais fiéis aos princípios da própria sigla? E esses dois não mudaram de sigla, eles estão lá dentro. Quem tem mais fidelidade, nesse PMDB, aos princípios de Ulysses Guimarães, à luta pela democracia, do que Pedro Simon e Jarbas Vasconcelos? E eles foram retirados.

Que fidelidade é essa de um Partido que muda essas duas figuras do espaço onde se julgava uma questão de ética contra outro filiado? Recente, inclusive, recente no PMDB. Não é histórico no PMDB.

Então, está-se tentando colocar essa camisa-de-força no doente, que somos nós, toda a política brasileira, todos os Partidos brasileiros. Não me excluo, não excluo o meu Partido disso. Não estou querendo dizer que sou um pouquinho melhor, nem que o meu Partido é melhor. Nós estamos no processo de uma doença muito grave, que precisa, talvez, dessa camisa-de-força que o Supremo colocou, mas a camisa-de-força não cura loucura. O que cura loucura é o doente se encontrar com ele próprio, e isso não estamos fazendo, pelo menos ainda.

Concedo um aparte ao Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Senador Cristovam Buarque, ontem, ao sair daqui, assustado com o que vi – esse ato de brutalidade envolvendo dois companheiros da estirpe de Jarbas e de Pedro Simon –, detive-me a assistir ao julgamento do Supremo Tribunal Federal e vi a cautela com que os Ministros, pelo menos aqueles cujos votos acompanhei, diferenciavam saídas e saídas de Partidos. Todos eles tinham o cuidado de mostrar que sair porque o Partido mudou de programa, porque o Partido mudou de rumo, é uma questão totalmente diferente de sair pelo troca-troca. Senador Lobão, isso é muito fácil de se ver, de se avaliar. As saídas que estarreceram a todos foram aquelas processadas de maneira desmotivada. Em alguns casos, o eleito, antes de empossado, já havia mudado de Partido; outros o fizeram na primeira semana. Foi uma verdadeira avalanche. Às vezes, é preciso matar

o boi para salvar o carrapato. Essa foi a única medida para conter essa sangria. Aliás, uma das coisas que me chamou muito a atenção foi a preocupação dos Ministros em não permitir o sufoco da Oposição por mecanismos pouco recomendáveis. Vários lembraram que nem no período revolucionário esses fatos aconteciam. A História sabe separar muito bem o caso de cada um. Quem não sabe – o Brasil teve conhecimento, Senador Cristovam Buarque –, por exemplo, por que a Senadora Heloísa Helena abandonou o PT? Por que V. Ex^a deixou o PT? São casos clássicos que mostram que mudar de sigla não é pecado mortal. Nem é pecado e, às vezes, é até uma absolvição antecipada. Há fatos concretos que mostram isso. A Senadora Heloísa Helena foi, talvez, o primeiro sinal de alerta, o aviso pedagógico que o Partido não quis seguir. O resto, a História sabe. Louvo a atitude do Supremo Tribunal Federal e acredito que esse movimento localizado para tentar “peitar”, como se diz na linguagem popular, uma decisão daquele Tribunal não vai levar a lugar algum. Lamento, mas não se faz omelete sem quebrar ovos. Lamento que, nesse bojo, possa haver algumas injustiças, mas, mesmo assim, Senador Lobão, o Tribunal ainda deixa brechas para que a pessoa formalize uma defesa. E é evidente que a Justiça vai saber julgar e separar os casos em que houve uma perseguição, houve um incômodo na convivência partidária, daqueles em que mudaram apenas por interesses inconfessáveis. Parabéns a V. Ex^a

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Eu quero dizer que estou totalmente de acordo, Senador Heráclito.

A decisão do Supremo, mesmo que não tivesse dado essa brecha, podia ser a camisa-de-força de que a gente precisa nesse momento de loucura. Ela deixou claro que existem saídas que podem ser caracterizadas como infidelidade e outras, ao contrário, que são feitas para ser fiel aos seus princípios. Por isso, a possível perda do mandato vai ser caso a caso e cada um que se justifique, cada um que se explique.

Sr. Presidente, eu quero, também, trazer outro tema para cá. Ainda quero insistir nesse caso que aconteceu, ontem, com o Senador Jarbas Vasconcelos e com o Senador Pedro Simon.

Quando eu saí do PT, Senador Heráclito, eu tive que sair da Comissão de Educação. Ali, o PT não estava me cassando, não. Se eu saí do Partido e o cargo na Comissão pertence ao Partido, corretíssimo que eu deixasse de ser membro da Comissão de Educação, mas o Partido Democratas pegou uma vaga que tinha e me cedeu. Eu continuei na Comissão, já que o PDT não tinha direito.

Eu gostaria de sugerir que algum Partido indicasse os Senadores Jarbas Vasconcelos e Pedro Si-

mon para a CCJ. Vou levar ao PDT a idéia de que a suplência do PDT, que está vaga, pelo menos essa, seja dada a um dos dois.

Esse é um primeiro passo que acho que a gente poderia fazer. Eu serei para sempre agradecido ao que os Democratas fizeram comigo. Naquele momento, eu ia ficar fora da Comissão e foi o Senador José Jorge que propôs, levou ao Democratas, ainda PFL, e me colocaram na Comissão. Creio que a gente deve trazer de volta esses dois Senadores para a CCJ.

Senador Heráclito.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Eu vou fazer uma proposta e convidar o Senador Valdir Raupp para uma reflexão. Temos a sexta, o sábado, o domingo e parte da segunda-feira. O Senador Valdir Raupp nunca foi conhecido, nesta Casa, como homem truculento. Pelo contrário, é um homem de trato fácil, que conversa, dialoga com todos os companheiros. Talvez um dos grandes impactos tenha acontecido exatamente por se tratar da figura do Senador como Líder. O apelo que faço é para que o Senador, durante esse final de semana, medite sobre essa atitude, talvez tomada por pressões compreensivas para quem exerce um cargo de liderança. Que se reúna com os mesmos companheiros que o induziram a tomar essa atitude e reveja isso. Ninguém tem compromisso com o erro. A repercussão desse fato é muito grande. Atingiram dois ícones, não só do PMDB, mas da política nacional, e de dois Estados importantíssimos, como Pernambuco e Rio Grande do Sul. Atingiram mortalmente a Federação. Não é um ato simples, não é colocar ninguém em uma geladeira, é cassar. Então, faço este apelo: vamos nos juntar nessa luta, e o segundo passo será esse. Eu me junto a V. Ex^a, porque considero fundamental. Não se justifica essa atitude, porque a alegação à decisão tomada é a posição dos dois com relação à CPMF. Será que vale a pena, Senador Edison Lobão, um partido como o PMDB, no dia em que se homenageava e se reverenciava os 15 anos da morte de Ulysses Guimarães, manchar sua biografia, sua história, com uma atitude como essa? O PMDB que soube, na semana passada, dar uma demonstração de protesto e revolta, no episódio do Mangabeira Unger, e dar um aviso ao Governo, como os jornais publicaram, e hoje retroage em caminho contrário. Não acredito que isso tenha ajudado a questão da CPMF; pelo contrário, vai criar dificuldades na convivência e na discussão da matéria daqui para frente. Muito obrigado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Eu que agradeço, Senador Heráclito Fortes, e subscrevo seu apelo ao Senador Valdir Raupp. E digo mais: subscrevo também a referência que o senhor fez a ele.

Eu o considero uma das figuras com o mais fácil diálogo, e eu com ele, desde que foi governador, no mesmo período em que fui. Como o Senador Renan Calheiros também é uma das figuras de melhor trato que há nesta Casa, no dia-a-dia. Mas os dois, e parece que aqueles ao seu redor, perderam a capacidade

de dialogar. Esta semana, eu disse ao Senador Renan que ele perdeu a capacidade de criar pontes com o resto do Senado, e nós também perdemos a capacidade de criar pontes com os outros lados. Não existe parlamento sem pontes entre cada parlamentar. Não existe. Mas hoje a gente está sem pontes.

Temo que o apelo do Senador Heráclito, que subscrevo, não seja atendido. Por uma razão, Senador Heráclito: eles perderam a capacidade de entender que a política se faz, quando necessário, com recuos. O atual Governador do Distrito Federal, por uma coisa muito menor, quando foi aqui acusado, não fez só o recuo, cometeu o suicídio político, renunciando, e recuperou-se plenamente. O Senador Antonio Carlos Magalhães fez isso mesmo, mais do que um recuo, um suicídio, a renúncia, e depois voltou.

Eles perderam a capacidade de recuar. O Senador Renan Calheiros, se no primeiro momento de toda essa crise tivesse se licenciado da Presidência, a situação seria completamente diferente.

Mas, Sr. Presidente, ontem vim tratar de uma questão, não o fiz por causa da crise, e minha responsabilidade me obriga a me intrometer nisso, embora não seja do Conselho de Ética, mas vim aqui para ler, e peço licença, é curto, um artigo que li, esta semana, na **Folha de S. Paulo**, e que merece ficar nos Anais. É um artigo da Sr^a Milú Villela, que diz:

[...]

Muito tem se falado sobre a prorrogação, até 2011, da CPMF. A tal ponto, porém, que pouca ou quase nenhuma atenção tem se dedicado à prorrogação, também até 2011, de um mecanismo que há mais de dez anos afeta diretamente a educação brasileira.

Esse instrumento legal é denominado DRU (Desvinculação de Receitas da União) e, para entender como funciona, basta pensar que 20% de todos os impostos que, pela Constituição, deveriam ir para a educação podem ser destinados pelo governo federal para outras áreas.

Inclusive o superávit fiscal. Ou seja, por essa tal de DRU, aquele dinheiro que foi conquistado pela Constituição ir para a educação, graças ao nosso grande patriarca João Calmon. Hoje, 25% é abocanhado e levado pelo Governo para outras finalidades.

Assim como a CPMF, a DRU também foi criada com prazo de validade bem definido: sua vigência se encerra em 2007. Por isso, o governo busca agora a aprovação de ambas, que tramitam juntas na mesma proposta de emenda constitucional.

No entanto, a sociedade tem o direito e o dever de acompanhar de perto as discussões sobre a prorrogação da DRU, entender seus

efeitos para a educação e reagir. [O que é uma falha que a Câmara de Deputados não levou em conta, a mistura das duas emendas.] Entre 1998 e 2007, R\$43,5 bilhões deixaram de ir para o financiamento do ensino público no Brasil por causa da DRU. [São R\$43 bilhões que deixaram de ir para a educação. E o senhor, há pouco, fez um discurso mostrando como a educação é importante.] Um montante de recursos que não podemos nos dar ao luxo de tirar da educação, que deve ser a política pública prioritária do país.

O desafio atual é o da qualidade. O Brasil não deve se contentar em ter as suas crianças na escola; é preciso que elas efetivamente aprendam o que devem aprender – e isso, convenhamos, não está acontecendo. Nossas crianças e jovens possuem o direito inalienável a uma educação de qualidade, para que tenham o prazer de ir à escola todos os dias, sabendo que vão adquirir os conhecimentos e as capacidades que utilizarão na vida adulta.

Vou repetir: para que tenham o prazer de ir à escola todos os dias. Não estão tendo. Esses R\$43 bilhões poderiam ter dado às crianças brasileiras o prazer de irem à escola, se fossem bem usados.

(Interrupção do som.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – E continua:

Hoje, o Brasil investe US\$870 per capita por ano, em média, nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, metade do investimento realizado pelo México e quase cinco vezes menos que o da Coreia do Sul, por exemplo. [E a gente tirando dinheiro da educação.]

O momento, portanto, exige a ampliação de recursos – como estabelece a meta cinco do Compromisso Todos pela Educação –, e não a perpetuação de um mecanismo que tira dinheiro do ensino público. Uma alternativa viável à prorrogação da DRU até 2011 está sendo discutida no âmbito da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados. A idéia é reduzir progressivamente a incidência, nos próximos quatro anos, da DRU sobre os recursos da educação.

Vejam como são modestos, como a Sr^a Milu Villela, os que defendem mais recursos para a educação. Nem estamos propondo acabar já com a DRU, estamos propondo uma leve redução ao longo dos próximos anos. Ou seja, estamos pedindo ao Brasil e às nossas crianças que agüentem mais um tempinho, que espe-

ram mais um tempinho. Esse é o grau de submissão que a gente tem.

De acordo com o projeto, de autoria do Deputado Rogério Marinho (PSB-RN), a incidência da DRU sairia dos atuais 20% para 15% em 2008, 10% em 2007, 5% em 2010 e zero em 2011.

Isso representa R\$17 bilhões a mais para a educação básica nos próximos quatro anos. Por outro lado, caso a DRU permaneça no atual formato, outros R\$28 bilhões deixarão de ir para o ensino público nesse período.

Ou seja, na verdade, temos que somar esses R\$28 bilhões com os R\$17 bilhões, e perderá a educação, no total, R\$45 bilhões, porque, além de continuar tirando R\$28 bilhões, deixaríamos de colocar R\$ 17 bilhões.

Esta é a hora de a sociedade discutir o assunto e mobilizar seus deputados para que façam o mesmo, garantindo os recursos aos quais a educação tem direito por determinação constitucional. Se perdermos a oportunidade, o assunto voltará à pauta somente em 2011. Mas, aí, pode ser tarde demais. [Frase da Sr^a Milú Villela: “Aí pode ser tarde demais.”]

Em quatro anos, uma parte importante do caminho que leva ao cumprimento das cinco metas do Todos Pela Educação e do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), do MEC, para 2022 já terá sido percorrida.

O primeiro passo no sentido de mobilizar a sociedade para o debate sobre a DRU será dado hoje, quando a Comissão de Educação e Cultura da Câmara realiza uma audiência pública a respeito do tema.

O Compromisso Todos pela Educação estará presente...[O evento já aconteceu.] ...colocando a serviço da causa da educação os esforços dessa grande aliança entre organizações sociais, gestores públicos de ensino, educadores e iniciativa privada.

Falta de dinheiro não é o único obstáculo à construção de uma escola melhor no Brasil. Mas, sem os recursos adequados, fica mais difícil implantar outras melhorias, como as que dizem respeito à gestão.

Somente com o orçamento apropriado teremos o caminho pavimentado para que se obtenham resultados concretos do grande esforço nacional pela educação básica de qualidade.

O artigo foi feito pela Sr^a Milú Villela, que é Presidente do Faça Parte – Instituto Brasil Voluntário, Embaixadora da Boa Vontade da Unesco, membro, fundadora e coordenadora do Comitê de Articulação do Compromisso Todos pela Educação e Presidente do Museu de Arte Moderna de São Paulo e do Instituto Itaú Cultural.

Eu fiz questão de ler esse artigo, porque creio que ele reflete algo muito importante: o desprezo total pela educação, que faz com que, em vez de se colocarem mais recursos, retirem-se recursos. E isso, embora eu esteja falando de outra coisa, tem a ver com o começo do meu discurso: a fidelidade.

O Partido dos Trabalhadores, o Partido do Governo, era contra a DRU, quando o Presidente Fernando Henrique Cardoso a estabeleceu. Sou infiel por ter saído do PT, mas continuo defendendo as mesmas causas. O Partido dos Trabalhadores e aqueles que lá estão mudaram de posição, mas pela lei, pela burocracia são considerados fiéis. Mais que isso, o Partido dos Trabalhadores defendia revogar o veto do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que reservava 10% do Orçamento para a educação. Isso não foi feito até hoje.

Tem tudo a ver com fidelidade, por outra coisa também, Senador Lobão: é que a única maneira de tirarmos essa camisa-de-força que foi colocada necessariamente é, como o senhor disse mais cedo, com a educação. Só um radical processo de educação, só uma revolução na educação é que vai permitir que no Brasil a gente possa tirar a camisa-de-força necessária que o Supremo colocou ontem na política. Só uma revolução pela educação é o caminho, para que a fidelidade seja aos princípios, aos valores, naturalmente, sem precisar de camisa-de-força.

Concluo nesses 20 segundos, lembrando que hoje é o Dia Mundial do Professor. Embora no Brasil o Dia do Professor seja o dia 15, no mundo é hoje, dia 5 de outubro. E eles não têm merecido respeito como construtores do futuro desta Nação, porque a gente se acostumou a imaginar que os construtores são os engenheiros, os geólogos, os economistas, quando, na verdade, esses aplainam o terreno, mas quem faz a gente caminhar em direção ao futuro é o professor e a professora, lá na ponta, na sua sala de aula.

Eu os homenageio hoje, no Dia Mundial, embora vá voltar aqui, no dia 15 de outubro, para isso, se Deus quiser. Mas não poderia deixar de falar de fidelidade partidária a princípios e a partidos, não à sigla apenas, e desse discurso da Sr^a Milú Villela, que casa tão bem, no dia de hoje, quando falamos em fidelidade e lembramos que o Governo, quando se candidatou, prometeu acabar com essa aberração de 20% da DRU

serem chupados. Ele ficou, inclusive, contra a continuação da CPMF e agora defende tudo isso.

Por falar em fidelidade, o meu Partido fechou questão em relação à CPMF e sou fiel a ele. Votei sempre com o PT, quando estava no PT, mesmo quando era contra, enquanto não fosse questão de princípio e vou votar outra vez a favor daquilo que o PDT decidiu, que é a continuação da CPMF, até porque não preciso desmentir nada que disse antes, porque nunca fui contra. Sempre achei que era um imposto que tem características corretas, de tirar muito mais dos que têm muito mais, de servir como instrumento de controle de lavagem de dinheiro e, inclusive, por ser um imposto impossível de se sonegar. Nunca fui contra. O que sou contra é para onde está indo o dinheiro: em vez da saúde, como era o objetivo, para outras finalidades.

Agora, o PDT não fechou questão no que se refere à suspensão da DRU. Por isso, vou votar “sim” – para que não haja mais essa quantidade de dinheiro sugado da educação por causa da desvinculação, maculando-se uma das grandes conquistas que esta Casa, o Congresso, teve no passado, que foi a Lei Calmon, que reserva obrigatoriamente dinheiro para a educação.

Era isso o que tinha para dizer.

Obrigado, Sr. Presidente, pela generosidade do tempo.

Durante o discurso do Sr. Cristovam Buarque, o Sr. Heráclito Fortes, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Edison Lobão.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. DEM – MA)

– A Presidência se associa às homenagens que faz o Senador Cristovam Buarque aos professores no seu Dia Internacional. Temos todos nós a consciência de que os professores são a alavanca, a mola mestra para o ensino, para a educação e, portanto, para a felicidade de um povo.

Cumprimentos, portanto, a todos os professores brasileiros.

Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, hoje é o dia de receber mensagens de outros Senadores, pedindo-me para manifestar. Desta vez, do próprio Senador Heráclito Fortes, que viajou agora, não pôde fazê-lo pessoalmente.

Ele me pediu para transmitir – e assino embaixo – o mesmo apelo que fez ao Senador Valdir Raupp agora ao Senador José Sarney, para que também

volte atrás na decisão, não dele, do PMDB, de cassar o Senador Jarbas Vasconcelos e o Senador Pedro Simon. Esse é o apelo do Senador Heráclito Fortes, que subscrevo, ao Senador José Sarney.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. DEM – MA)
– Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 071/2007-GLDPR

Brasília, 3 de outubro de 2007

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência, nos termos regimentais, a minha substituição pelo Senador Magno Malta (PR), como membro titular, na Comissão Mista Especial destinada a acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil, criada pelo Ato Conjunto nº 1, de 2007.

Na oportunidade, reitero protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador **João Ribeiro**, Líder do Partids'na República no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. DEM – MA)
– Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa, avisos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

AVISOS

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Aviso nº 32, de 2007-CN (nº 1330-Seses-TCU/2007, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 1827, de 2007-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentaram, referente do 1º quadrimestre de 2007. (TC nº 015.711/2007-6).

Aviso nº 33, de 2007-CN (nº 1450-Seses-TCU/2007, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 2010, de 2007-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentaram, referente ao levantamento de auditoria nas obras de construção das eclusas de Tucuruí, no Rio Tocantins, Estado do Pará – Programa de Trabalho 26.784.0237.5750.0015 (TC nº 009.362/2007-8).

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. DEM – MA)
– Os expedientes que acabam de ser lidos retornam à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. DEM – MA)
– Os Srs. Senadores Romero Jucá e Gerson Camata enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o §2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, existem 19 milhões de brasileiros com mais de 60 anos que comemoram o Dia Internacional do Idoso, data que integra o calendário de celebrações da Organização das Nações Unidas (ONU).

Os idosos já representam 10% da população brasileira, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo os últimos dados estatísticos, nos próximos 20 anos, a população idosa do Brasil poderá ultrapassar os 30 milhões de pessoas – o que representará 13% da população.

Diante desse contingente, o Estatuto do Idoso, em vigor desde 2003, regulamentou uma série de dispositivos legais para garantir direitos das pessoas com mais de 60 anos.

A iniciativa do Estatuto foi do Deputado Paulo Paim e aprovado por unanimidade no Senado Federal. Os artigos dispõem sobre cultura, lazer, vida familiar, assistencialismo, saúde, direito, alimentação, trabalho, entre outros. Instituído pela Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, o Estatuto do Idoso completou quatro anos de existência.

Na última semana, o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) divulgou a entrega das primeiras Carteiras do Idoso, documento que permite a gratuidade. Além do mais, o Ministério do Desenvolvimento Social disponibiliza anualmente R\$5 bilhões na transferência de renda aos idosos.

Apesar dos avanços do Estatuto, ainda há situações de preconceito, exploração e violência contra os idosos no Brasil. Uma campanha lançada pelo Ministério do Desenvolvimento Social determina que o Dia Internacional do Idoso seja marcado pelo respeito aos direitos das pessoas com mais de 60 anos. A iniciativa “Envelhecer com Dignidade” pretende sensibilizar sociedade, organismos governamentais e ONGs para a importância da construção de uma cultura de respeito aos idosos.

O Estatuto foi um avanço: com os méritos do nosso colega, Senador Paulo Paim, foi sancionado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, instituído para regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 anos.

Cabe ressaltar, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que o Estatuto, entre alguns pontos, assegura desconto de pelo menos 50% nas atividades cultu-

rais, de lazer e esportivas; que a idade para requerer o benefício de um salário mínimo estipulado pela Lei Orgânica da Assistência Social passa de 67 para 65; prioridade na tramitação dos processos e procedimentos judiciais nos quais pessoas acima de 60 figurem como intervenientes, entre outras.

O Estatuto atinge ainda os meios de comunicação. De acordo com ele, todos os meios deverão manter espaços ou horários especiais voltados para o público idoso. Os programas deverão ter conteúdos educativos, informativos, artísticos e culturais com ênfase no processo do envelhecimento.

Um outro ponto importante diz respeito aos transportes. Tanto os ônibus intermunicipais como interestaduais deverão ter reservados duas vagas gratuitas, por veículo, para idosos com renda igual ou inferior a dois salários mínimos. Caso os lugares destinados aos idosos que possuam essa mesma renda estiverem preenchidos, eles terão direito a pagar 50% do valor da passagem.

Entre as medidas, estão a criação de delegacias especiais, como instrumentos capazes de atender aos idosos; tanto que o texto do Estatuto prevê penas severas para quem não cumpri-lo. Deixar de prestar assistência a idoso sem justificativa plausível implicaria detenção de seis meses a um ano; abandoná-los em hospitais ou casas de saúde, a pena vai de seis meses a três anos de detenção. Também será penalizado quem exibir, em qualquer meio de comunicação, informação ou imagens depreciativas ou injuriosas de pessoas acima dos 60 anos, e a pena será de um a três anos de reclusão. No caso de homicídio culposo, a pena será de um terço a mais se a vítima tiver mais de 60 anos de idade. Nesse mesmo sentido, é agravada a pena para o abandono dos idosos que estejam sob a guarda, cuidado ou vigilância de autoridades.

Quero, neste momento, congratular-me com todos os idosos, meus respeitos com ternura, e concito a todos brasileiros que se engajem em cumprir e fazer cumprir o Estatuto.

Muito obrigado.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não é segredo para ninguém que o Brasil é um exemplo de atraso em matéria de transporte ferroviário. Apesar das nossas dimensões continentais, dispomos de uma malha ferroviária insignificante se comparada com as de outros países de grande extensão territorial.

A propósito do tema, em artigo publicado na edição da última segunda-feira da **Gazeta Mercantil**, o diretor da ANTT, Agência Nacional de Transportes Terrestres, Gregório Rabelo, faz um alerta mais do que

oportuno, para o qual eu gostaria de chamar a atenção do Plenário: a estrutura de transportes no Brasil requererá, nas próximas duas décadas, a construção de pelo menos 4 mil novos quilômetros de trilhos a cada ano.

Se essa meta não for cumprida, ele adverte, estaremos sujeitos a um apagão logístico e ao comprometimento da capacidade de crescimento do PIB. Os números que o artigo apresenta são impressionantes, pois evidenciam o descompasso entre a malha ferroviária brasileira e as existentes no restante do mundo. A China tem 71 mil quilômetros de ferrovias. A propósito daquele país, em 2006 o governo chinês investiu cerca de US\$20 bilhões na expansão de sua rede. A Índia tem quase 63 mil quilômetros de trilhos; a Rússia, 87 mil, e os Estados Unidos, 200 mil quilômetros de ferrovias.

Quanto ao Brasil, chegou a ter 35 mil quilômetros de trilhos. Mas, como assinala Rabelo em seu artigo, por descaso e falta de visão estratégica, hoje a extensão não ultrapassa 28 mil quilômetros, dos quais 6 mil não podem ser utilizados, por falta de condições operacionais. Só 22 mil quilômetros estão em funcionamento.

Para que tenhamos uma idéia do quanto o País regrediu no setor ferroviário, no início da década de 20, durante o governo do Presidente Washington Luiz, tínhamos 29 mil quilômetros de trilhos. Passados mais de 80 anos, a rede encolheu em 7 mil quilômetros, em vez de crescer. Washington Luiz foi o Presidente que se tornou conhecido pela frase “governar é abrir estradas”. Na verdade, ele dizia que “governar é povoar; mas, não se povoa sem se abrir estradas, e de todas as espécies; governar é, pois, fazer estradas”.

Prevaleceu versão reduzida da frase. O País relegou o transporte ferroviário ao último dos planos e fez das rodovias a espinha dorsal do sistema logístico. Hoje, essa espinha dorsal está em franco processo de deterioração, que o governo não consegue reverter. De acordo com dados da Confederação Nacional da Indústria, em 2006, dos R\$6,2 bilhões autorizados para serem gastos pelo Ministério dos Transportes, foram executadas obras correspondentes a 35% desse valor. Para as rodovias, por onde passa o maior volume de cargas, o Governo só conseguiu licitar, contratar e concluir obras no valor de R\$1,6 bilhão dos R\$4,4 bilhões autorizados.

A ênfase no transporte rodoviário, afirma o diretor da ANTT, chegou a um ponto de exaustão. Ele alerta que, se insistirmos nessa visão, estaremos cometendo um erro histórico, que trará o crescimento do País.

Estudos do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes comprovam que o custo do frete

ferroviário é 56% mais barato do que o do rodoviário. Mesmo assim, ao longo de décadas, o Brasil tem sido pautado pelo que Rabelo chama de “concepção rodoviária”. O modal ferroviário representa atualmente apenas 26% da movimentação de cargas no País, contra 60% do modal rodoviário.

As ferrovias brasileiras transportaram pouco mais de 431 milhões de toneladas de carga em 2006, enquanto 934 milhões de toneladas de cargas foram transportadas por rodovias. Estados Unidos, Canadá e Austrália transportam mais de 40% de suas cargas em trens. O percentual é de 50% na Índia e de 80% na Rússia.

Para reduzir custos e tornar-se mais competitivo, é imprescindível que o Brasil tenha um sistema

ferroviário moderno, capaz de escoar um volume bem maior de nossa produção. O Governo precisa conscientizar-se da importância estratégica das ferrovias para o desenvolvimento do País e investir mais em parcerias com a iniciativa privada que permitam ampliar a rede, acabando com a nossa extrema dependência do transporte rodoviário.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR GERSON CAMATA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Assentar trilhos para governar

Gregório Rabelo *

A estrutura de transporte do Brasil irá requerer nas próximas duas décadas da construção de pelo menos quatro mil novos quilômetros de trilhos a cada ano. Se começarmos hoje a nos pautar por essa meta, teremos no médio prazo 80 mil km de ferrovias, para suprir a carência do modal. Sem uma empreitada dessa envergadura, estaremos sujeitos a um apagão logístico e ao comprometimento da capacidade de crescimento do PIB, com reflexos óbvios no que se refere ao escoamento da nossa produção agropecuária e industrial.

Guardadas, historicamente, as devidas proporções, faço uma menção à campanha eleitoral de 1920, quando o então candidato à presidência da República, Washington Luís adotou o slogan “governar é povoar; mas, não se povoa sem se abrir estradas, e de todas as espécies; governar é pois, fazer estradas”.

A máxima de Washington Luís, embora desse grande ênfase no tocante a ocupar o território, ficou conhecida pelo reducionismo “governar é abrir estradas”. O Brasil da atualidade comparado ao da República Velha é outro. Somos mais desenvolvidos, contamos com uma população mais numerosa e com uma conjuntura e cenário, negativamente, diversos.

Ainda assim, dentro dessa situação diferenciada, ousar propor que assentar trilhos significa, nos dias atuais, a possibilidade de promoção de crescimento e elevação da

qualidade do transporte a tal ponto, que somente um envolvimento de grande magnitude governamental pode responder.

- O Brasil, comparado com países de dimensões correspondentes à nossa, está muito aquém de ostentar uma malha ferroviária pertinente. A China possui 71 mil km para alavancar o seu pujante crescimento. A Índia, outro país emergente, tem cerca de 63 mil, a Rússia 87 mil e os Estados Unidos, com a mais moderna e extensa malha do continente, possui a extensão de 200 mil km de ferrovias.

No passado, chegamos a contar com 35 mil km de trilhos. No entanto, fruto de descasos e falta de visão estratégica, tivemos uma drástica e inaceitável diminuição do potencial ferroviário, que baixou para apenas 28 mil. Desse total, no entanto, 6 mil km não podem ser utilizados, pois não reúnem as condições plenas de operacionalidade, portanto, restam em funcionamento somente 22 mil km.

Para se ter uma idéia do que isso representa, temos hoje somente dois mil km de malha ferroviária a mais dos que estavam disponíveis em 1922, no curso do mandato de Washington Luís. Naquela época, o País contava com “29 mil km no modal ferroviário, 2 mil locomotivas a vapor e 30 mil vagões de carga em tráfego”, de acordo com informações publicadas na Revista, do Ministério dos Transportes, de junho, deste ano. Não será necessário descrever tabelas e estatísticas populacionais e econômicas para ressaltar esse contraste, entre o Brasil da atualidade e o do exterior da fase “café com leite”. Ou seja, é constrangedor constatar que a logística ferroviária encolheu se-

te mil km, passados esses 85 anos. Esses números interpretados de outro ângulo significam a perda de US\$ 15,6 bilhões, valor que representa os 13 mil km de trilhos que desperdiçamos, nas últimas décadas.

Independente de concepções ideológicas e partidárias, o futuro do Brasil precisa de mentes e corações comprometidos com o pensamento de assentar trilhos, para melhor atender às imensas demandas do nosso País. Tanto no transporte de cargas, quanto no de passageiros.

Estudos do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit), demonstram que a quantidade de insumos e mercadorias transportados pelas ferrovias brasileiras cresceu 26% nos últimos anos, utilizando 1996 como referência. Os mesmos estudos apontam que o custo do frete que circula sob trilhos é 56% mais barato do que o rodoviário.

A concepção rodoviária pela qual se pautou o País nos últimos anos atingiu o limite, esbarrou na exaustão. Isso significa que se insistirmos doravante nessa visão, estaremos incidindo num erro histórico, que várias seqüelas deixou ao Brasil, sob pena de barrar o crescimento, sobretudo pela natureza do modal rodoviário, que nos dias atuais recebeu a alcunha de “buraco vias”, dada a vocação das estradas não darem conta, sozinhas, das potencialidades e exigências da logística de transporte do País.

* Diretor da ANTT

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. DEM – MA) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. DEM – MA) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 6 minutos.)

CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 395, DE 2007, PUBLICADA NO DIA 28 DE SETEMBRO DE 2007, QUE “Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 3.256.764.118,00 (três bilhões, duzentos e cinquenta e seis milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, cento e dezoito reais), para os fins que especifica.”

CONGRESSISTA	EMENDA Nº
CARLOS ALBERTO CANUTO	17 a 20
FERNANDO CORUJA	03 a 11
JOSÉ CARLOS MACHADO	01 e 02
JOVAIR ARANTES	21 a 23
MARINHA RAUPP	14
RENATO CASAGRANDE	15 e 16
SANDRO MABEL	12 e 13

Índice de Emendas MPV 395/2007 - EMENDA

Total por Parlamentar

CARLOS ALBERTO CANUTO	00017 a 00020	4
FERNANDO CORUJA	00003 a 00011	9
JOSÉ CARLOS MACHADO	00001 e 00002	2
JOVAIR ARANTES	00021 a 00023	3
MARINHA RAUPP	00014	1
RENATO CASAGRANDE	00015 e 00016	2
SANDRO MABEL	00012 e 00013	2

Total de Emendas: 23

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO****EMENDA - 00001****MPV 395/2007**

Mensagem 0134/2007-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

395/2007

1 DE 1

MEDIDA PROVISÓRIA

TEXTO

Suprima-se do Anexo II da MP 395 de 27 de setembro de 2007, recursos na ordem de R\$ 6.915.000,00 (seis milhões e novecentos e quinze mil reais) com as especificações que seguem:

ÓRGÃO: 39000 – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

UNIDADE: 39252 – DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT

PROGRAMA: 0220 – MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA FEDERAL

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26.782.0220.1K12.0028 – RECUPERAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS –
DIVISA AL/SE – DIVISA SE/BA – NA BR 101 – NO ESTADO DE SERGIPE

ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
F	4	3	90	0	111	6.915.000,00

Como consequência, solicito o cancelamento de idêntico valor no Anexo II, nos seguintes termos:

ÓRGÃO: 39000 – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

UNIDADE: 39252 – DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT

PROGRAMA: 0220 – MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA FEDERAL

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26.782.0220.205A.0101 – MANUTENÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS - NA
BR-459 - NO ESTADO DE MINAS GERAIS - NO ESTADO DO MINAS GERAIS (CREDITO EXTRAORDINARIO)

ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
F	4	3	90	0	111	6.915.000,00

JUSTIFICAÇÃO

O trecho rodoviário que esta emenda pretende impedir o cancelamento dos recursos é de importância vital para o Estado de Sergipe e resulta de uma luta de longa data. Sua importância pode ser atestada pelo fato de fazer parte do Projeto Piloto de Investimento – PPI.

“O Projeto Piloto de Investimentos (PPI) foi lançado em 2005, com objetivo principal de melhorar a qualidade e eficiência do gasto público, através do rigoroso processo seletivo dos projetos, planejamento detalhado das ações, garantia do fluxo de recursos necessários ao seu andamento e monitoramento da execução física e financeira”.

Esta fundamentação do PPI consta da página oficial do Ministério da Fazenda e atesta o fato de que as obras constantes daquele projeto foram objeto de análise detida e atenderam a requisitos objetivos de conveniência e oportunidade. Estes fatos demonstram a inconveniência e inoportunidade da do Executivo ao pretender excluir-lhe os recursos necessários a consecução da recuperação da BR 101 – Trecho Divisa AL/SE – Divisa SE/BA, denotando insegurança e inconstância no planejamento do Poder Executivo.

Assim, mostra-se medida de proteção aos interesses da Administração que o Executivo não altere projetos cujos critérios técnicos atestam sua necessidade e mude as prioridades do Governo a seu bel prazer, razão porque se impõe o acatamento desta emenda.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

JOSÉ CARLOS MACHADO

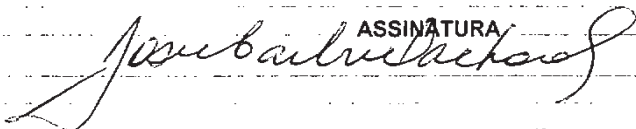
SE

DEM

DATA

02/10/2007

ASSINATURA



**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO****E** **EMENDA - 00002**
MPV 395/2007
Mensagem 0134/2007-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

395/2007

1 DE 1

TEXTO

Suprima-se do Anexo I da MP 395 de 27 de setembro de 2007, recursos na ordem de R\$ 185.000.000,00 (cento e oitenta e cinco milhões de reais) com as especificações que seguem:

ÓRGÃO: 53000 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
UNIDADE: 53101 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
PROGRAMA: 1036 INTEGRACAO DE BACIAS HIDROGRAFICAS
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 18 544.1036.12EP.0020 - INTEGRACAO DO RIO SAO FRANCISCO
COM AS BACIAS DO NORDESTE SETENTRIONAL (EIXOS NORTE E LESTE) - NA REGIAO NORDESTE

ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
F	4	3	90	0	300	154.886.745
F	4	3	90	0	315	30.113.255

JUSTIFICAÇÃO

As obras de Integração do Rio São Francisco estão sob análise e sujeitas a discussões e mudanças no decorrer do ano, inclusive sendo objeto de suspensão judicial em alguns pontos. Por essa razão, não configura acertado a destinação de recursos para tais obras que não se sabe definitivamente se, ou quando serão feitas.

Assim, parece mais oportuno que o superávit financeiro apurado seja utilizado para executar o Orçamento discutido e aprovado no Congresso Nacional, vez que esta execução é pífia até o momento.

Além do que, a Medida Provisória em comento não atende aos requisitos constitucionais de relevância e urgência, tratando-se, notadamente de alterações orçamentárias por via errônea e inconstitucional.

Por todos os argumentos postos, é mister o acatamento desta emenda.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

JOSÉ CARLOS MACHADO

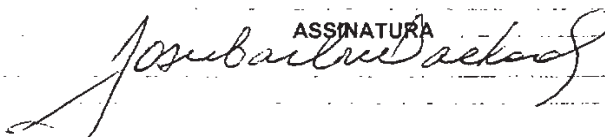
SE

DEM

DATA

02/10/2007

ASSINATURA



EMENDA - 00003**MPV 395/2007**

Mensagem 0134/2007-CN

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS NÚMERO

395/2007

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

Suprima-se do Anexo I, Unidade Orçamentária 39101, da MP 395/2007, o subtítulo: 26.122.0225.09IX.0101 – Extinção da Rede Ferroviária Federal S/A – RFFSA – Nacional (Crédito Extraordinário), no valor de R\$ 2.432.015,00, adequando-se o valor global do Crédito Extraordinário.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa retirar do Crédito Extraordinário, aberto por meio da MP 395/2007, os recursos destinados à extinção da RFFSA. Tal programação deveria ter sido prevista na LOA/2007, conforme ocorreu em casos semelhantes como o DNER e o GEIPOT. Como não houve interesse do Governo em incluir a dotação supracitada na LOA/2007 ela deveria ser proposta por meio de Projeto de Lei de Crédito Suplementar ou Especial. Se a área de planejamento do Governo errou na previsão da necessidade dos recursos não pode tentar corrigir tal equívoco afrontando a Lei Magna. Tratar da abertura do crédito em análise por meio de MP é flagrantemente inconstitucional, haja vista não preencher os requisitos de imprevisibilidade e urgência consagrados no § 3º, do art. 167, da Constituição Federal.

O processo de liquidação da RFFSA vem se arrastando há tempos, portanto, não há que se falar em imprevisibilidade. Da mesma forma, a urgência exigida na norma constitucional não pode ser interpretada de acordo com a vontade do Poder Executivo, tem que ser proporcional às situações de gravidade tais como *guerra, comoção interna ou calamidade pública*. Somente para dar a dimensão dessa urgência é que o § 3º do art. 167 exemplifica situações tão extremas, caso contrário, seria desnecessária a inclusão de tal artigo em sede constitucional.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Deputado FERNANDO CORUJA**SC****PPS**

DATA

ASSINATURA

04/10/2007

EMENDA - 00004**MPV 395/2007**

Mensagem 0134/2007-CN

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

MEDIDAS PROVISÓRIAS NÚMERO		PÁGINA
INSTRUÇÕES NO VERSO	395/2007	01 DE 01

TEXTO

Suprima-se do Anexo I, Unidade Orçamentária 39207, da MP 395/2007, o subtítulo: 26.783.0237.5E83.0101 – Construção da Ferrovia Norte-Sul – Aguiarnópolis - Palmas – no Estado do Tocantins – no Estado do Tocantins (Crédito Extraordinário), no valor de R\$ 100.000.000,00, adequando-se o valor global do Crédito Extraordinário.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa retirar do Crédito Extraordinário, aberto por meio da MP 395/2007, os recursos destinados à Construção da Ferrovia Norte-Sul, trecho Aguiarnópolis – Palmas por se tratar de obra com indícios de irregularidades, constante do relatório do Tribunal de Contas da União - TCU. Portanto, impedida legalmente de execução orçamentária, física e financeira de seus contratos até a deliberação de sua liberação pela CMO (art. 104 da Lei nº 11.439/2006 – LDO/2007). Assim, a urgência fica claramente descaracterizada, uma vez que para aplicar a verba será necessária a deliberação e aprovação pela CMO do Congresso Nacional da autorização de sua execução.


Por outro lado, não há que se falar em imprevisibilidade, haja vista se tratar de projeto iniciado há vários exercícios e de ter um subtítulo constante da LOA/2007.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Deputado FERNANDO CORUJA	SC	PPS
DATA	ASSINATURA		
04/10/2007			

EMENDA - 00005**MPV 395/2007**

Mensagem 0134/2007-CN

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

INSTRUÇÕES NO VERSO	MEDIDAS PROVISÓRIAS NÚMERO 395/2007	PÁGINA 01 DE 01
<p style="text-align: center;">TEXTO</p> <p>Suprima-se do Anexo I, Unidade Orçamentária 47101, da MP 395/2007, o subtítulo: 04.122.0802.110K.0103 – Desenvolvimento do Novo Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento e do SISPAC – no Distrito Federal (Crédito Extraordinário), no valor de R\$ 3.000.000,00, adequando-se o valor global do Crédito Extraordinário.</p>		
<p style="text-align: center;">JUSTIFICAÇÃO</p> <p>A presente emenda visa retirar do Crédito Extraordinário, aberto por meio da MP 395/2007, os recursos destinados ao Desenvolvimento do novo sistema integrado de planejamento e orçamento e do SISPAC. Tal programação deverá ser proposta por meio de Projeto de Lei de Crédito Especial. Se a área de planejamento do Governo errou na previsão da necessidade da inclusão dessa dotação na LOA/2007 não pode tentar corrigir tal equívoco afrontando a Lei Magna. Tratar da abertura do crédito em análise por meio de MP é flagrantemente inconstitucional, haja vista não preencher os requisitos de imprevisibilidade e urgência consagrados no § 3º, do art. 167, da Constituição Federal.</p> <p>Sistemas integrados de planejamento são as ferramentas básicas que a administração tem para elaborar e desenvolver os planos e os orçamentos públicos, portanto, é uma afronta a Constituição alegar sua imprevisibilidade. Da mesma forma, a urgência exigida na norma constitucional não pode ser interpretada de acordo com a vontade do Poder Executivo, tem que ser proporcional às situações de gravidade tais como <i>guerra, comoção interna ou calamidade pública</i>. Somente para dar a dimensão dessa urgência é que o § 3º do art. 167 exemplifica situações tão extremas, caso contrário, seria desnecessária a inclusão de tal artigo em sede constitucional.</p>		
CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR Deputado FERNANDO CORUJA	UF SC PARTIDO PPS
DATA 04/10/2007	ASSINATURA 	

EMENDA - 00006**MPV 395/2007**

Mensagem 0134/2007-CN

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

MEDIDAS PROVISÓRIAS NÚMERO		PÁGINA
INSTRUÇÕES NO VERSO	395/2007	01 DE 01

TEXTO

Suprima-se do Anexo I, Unidade Orçamentária 53101, da MP 395/2007, o subtítulo: 18.544.1036.12EP.0020 – Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional (Eixos norte e Leste) – na Região Nordeste, no valor de R\$ 185.000.000,00, adequando-se o valor global do Crédito Extraordinário.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa retirar do Crédito Extraordinário, aberto por meio da MP 395/2007, os recursos destinados à Integração do Rio São Francisco por se tratar de obra com indícios de irregularidades graves, constante do relatório do Tribunal de Contas da União - TCU. Portanto, impedida legalmente de execução orçamentária, física e financeira de seus contratos até a deliberação de sua liberação pela CMO (art. 104 da Lei nº 11.439/2006 – LDO/2007). Assim, a urgência fica claramente descaracterizada, uma vez que para aplicar a verba será necessária a deliberação e aprovação pela CMO do Congresso Nacional da autorização da sua execução.

Por outro lado, não há que se falar em imprevisibilidade, haja vista se tratar de projeto iniciado desde o início do atual Governo e de ter um subtítulo constante da LOA/2007.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Deputado FERNANDO CORUJA	SC	PPS
DATA	ASSINATURA		
04/10/2007			

EMENDA - 00007**MPV 395/2007**

Mensagem 0134/2007-CN

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS NÚMERO

395/2007

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

Suprima-se do Anexo III, Unidade Orçamentária 20205, da MP 395/2007, o subtítulo: 26.784.0225.6504.0023 – Estudos e Projetos para Racionalização da Operação Portuária e Proteção ao Meio Ambiente – no Estado do Ceará, no valor de R\$ 300.000,00, adequando-se o valor global do Crédito Extraordinário.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa retirar do Crédito Extraordinário, aberto por meio da MP 395/2007, os recursos destinados para estudos e projetos. Tal programação deverá ser proposta por meio de Projeto de Lei de Crédito Suplementar. Se a área de planejamento do Governo errou na previsão do montante dos recursos não pode tentar corrigir tal equívoco afrontando a Lei Magna. Tratar da abertura do crédito em análise por meio de MP é flagrantemente inconstitucional, haja vista não preencher os requisitos de imprevisibilidade e urgência consagrados no § 3º, do art. 167, da Constituição Federal.

Esses estudos e projetos foram atendidos na LOA/2007, portanto, não há que se falar em imprevisibilidade. Da mesma forma, a urgência exigida na norma constitucional não pode ser interpretada de acordo com a vontade do Poder Executivo, tem que ser proporcional às situações de gravidade tais como *guerra, comoção interna ou calamidade pública*. Somente para dar a dimensão dessa urgência é que o § 3º do art. 167 exemplifica situações tão extremas, caso contrário, seria desnecessária a inclusão de tal artigo em sede constitucional.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Deputado FERNANDO CORUJA**SC****PPS**

DATA

ASSINATURA

04/10/2007

EMENDA - 00008**MPV 395/2007**

Mensagem 0134/2007-CN

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

MEDIDAS PROVISÓRIAS NÚMERO		PÁGINA
INSTRUÇÕES NO VERSO	395/2007	01 DE 01

TEXTO

Suprima-se do Anexo III, Unidade Orçamentária 20208, da MP 395/2007, o subtítulo: 26.784.0225.6504.0035 – Estudos e Projetos para Racionalização da Operação Portuária e Proteção ao Meio Ambiente – no Estado de São Paulo, no valor de R\$ 250.000,00, adequando-se o valor global do Crédito Extraordinário.

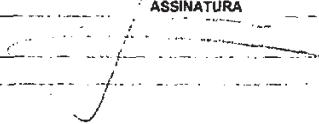
JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa retirar do Crédito Extraordinário, aberto por meio da MP 395/2007, os recursos destinados ao a estudos e projetos. Tal programação deverá ser proposta por meio de Projeto de Lei de Crédito Especial. Se a área de planejamento do Governo errou na previsão da necessidade da inclusão dessa dotação na LOA/2007 não pode tentar corrigir tal equívoco afrontando a Lei Magna. Tratar da abertura do crédito em análise por meio de MP é flagrantemente inconstitucional, haja vista não preencher os requisitos de imprevisibilidade e urgência consagrados no § 3º, do art. 167, da Constituição Federal.

Esses estudos e projetos deveriam ser previstos na LOA/2007, conforme ocorreu na Companhia Docas do Ceará - CDC e na Companhia Docas do Espírito Santo – Codesa, portanto, é uma afronta a Constituição alegar sua imprevisibilidade. Da mesma forma, a urgência exigida na norma constitucional não pode ser interpretada de acordo com a vontade do Poder Executivo, tem que ser proporcional às situações de gravidade tais como *guerra, comoção interna ou calamidade pública*. Somente para dar a dimensão dessa urgência é que o § 3º do art. 167 exemplifica situações tão extremas, caso contrário, seria desnecessária a inclusão de tal artigo em sede constitucional.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Deputado FERNANDO CORUJA	SC	PPS
DATA	ASSINATURA		
04/10/2007			

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO****EMENDA - 00009**
MPV 395/2007
Mensagem 0134/2007-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	MEDIDAS PROVISÓRIAS NÚMERO 395/2007	PÁGINA 01 DE 01
<p style="text-align: center;">TEXTO</p> <p>Suprima-se do Anexo III, Unidade Orçamentária 20208, da MP 395/2007, o subtítulo: 26.784.0225.6504.0033 – Estudos e Projetos para Racionalização da Operação Portuária e Proteção ao Meio Ambiente – no Estado do Rio de Janeiro, no valor de R\$ 3.611.934,00, adequando-se o valor global do Crédito Extraordinário.</p>		
<p style="text-align: center;">JUSTIFICAÇÃO</p> <p>A presente emenda visa retirar do Crédito Extraordinário, aberto por meio da MP 395/2007, os recursos destinados ao a estudos e projetos. Tal programação deverá ser proposta por meio de Projeto de Lei de Crédito Especial. Se a área de planejamento do Governo errou na previsão da necessidade da inclusão dessa dotação na LOA/2007 não pode tentar corrigir tal equívoco afrontando a Lei Magna. Tratar da abertura do crédito em análise por meio de MP é flagrantemente inconstitucional, haja vista não preencher os requisitos de imprevisibilidade e urgência consagrados no § 3º, do art. 167, da Constituição Federal.</p> <p>Esses estudos e projetos deveriam ser previstos na LOA/2007, conforme ocorreu na Companhia Docas do Ceará - CDC e na Companhia Docas do Espírito Santo – Codesa. portanto, é uma afronta a Constituição alegar sua imprevisibilidade. Da mesma forma, a urgência exigida na norma constitucional não pode ser interpretada de acordo com a vontade do Poder Executivo, tem que ser proporcional às situações de gravidade tais como <i>guerra, comoção interna ou calamidade pública</i>. Somente para dar a dimensão dessa urgência é que o § 3º do art. 167 exemplifica situações tão extremas, caso contrário, seria desnecessária a inclusão de tal artigo em sede constitucional.</p>		
CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF PARTIDO
	Deputado FERNANDO CORUJA	SC PPS
DATA 04/10/2007	ASSINATURA 	

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO****EMENDA - 00010****MPV 395/2007**

Mensagem 0134/2007-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS NÚMERO

395/2007

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

Suprima-se do Anexo III, Unidade Orçamentária 20211, da MP 395/2007, o subtítulo: 26.784.0230.7E69.0033 – Dragagem de Aprofundamento no Porto do Rio de Janeiro – no Estado do Rio de Janeiro – no Estado do Rio de Janeiro, no valor de R\$ 11.575.215,00, adequando-se o valor global do Crédito Extraordinário.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa retirar do Crédito Extraordinário, aberto por meio da MP 395/2007, os recursos destinados à Dragagem de Aprofundamento no Porto do Rio de Janeiro por se tratar de obra com indícios de irregularidades graves, constante do relatório do Tribunal de Contas da União - TCU. Portanto, impedida legalmente de execução orçamentária, física e financeira de seus contratos até a deliberação de sua liberação pela CMO (art. 104 da Lei nº 11.439/2006 – LDO/2007). Assim, a urgência fica claramente descaracterizada, uma vez que para aplicar a verba será necessária a deliberação e aprovação pela CMO do Congresso Nacional da autorização da sua execução.

Por outro lado, não há que se falar em imprevisibilidade, haja vista se tratar de projeto existente desde o início do atual Governo e de ter um subtítulo constante da LOA/2007.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Deputado FERNANDO CORUJA**SC****PPS**

DATA

ASSINATURA

04/10/2007

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO****EMENDA - 00011****MPV 395/2007**

Mensagem 0134/2007-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS NÚMERO

395/2007

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

Suprima-se do Anexo III, Unidade Orçamentária 20212, da MP 395/2007, o subtítulo: 26.784.0225.6504.0024 – Estudos e Projetos para Racionalização da Operação Portuária e Proteção ao Meio Ambiente – no Estado do Rio Grande do Norte, no valor de R\$ 720.000,00, adequando-se o valor global do Crédito Extraordinário.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa retirar do Crédito Extraordinário, aberto por meio da MP 395/2007, os recursos destinados ao a estudos e projetos. Tal programação deverá ser proposta por meio de Projeto de Lei de Crédito Especial. Se a área de planejamento do Governo errou na previsão da necessidade da inclusão dessa dotação na LOA/2007 não pode tentar corrigir tal equívoco afrontando a Lei Magna. Tratar da abertura do crédito em análise por meio de MP é flagrantemente inconstitucional, haja vista não preencher os requisitos de imprevisibilidade e urgência consagrados no § 3º, do art. 167, da Constituição Federal.

Esses estudos e projetos deveriam ser previstos na LOA/2007, conforme ocorreu na Companhia Docas do Ceará - CDC e na Companhia Docas do Espírito Santo – Codesa. portanto, é uma afronta a Constituição alegar sua imprevisibilidade. Da mesma forma, a urgência exigida na norma constitucional não pode ser interpretada de acordo com a vontade do Poder Executivo, tem que ser proporcional às situações de gravidade tais como *guerra, comoção interna ou calamidade pública*. Somente para dar a dimensão dessa urgência é que o § 3º do art. 167 exemplifica situações tão extremas, caso contrário, seria desnecessária a inclusão de tal artigo em sede constitucional.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Deputado FERNANDO CORUJA**SC****PPS**

DATA

ASSINATURA

04/10/2007

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO****EMENDA - 00012**
MPV 395/2007
Mensagem 0134/2007-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

Medida Provisória

395/07

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

INCLUA-SE NO TEXTO DA M.P. Nº 395/07 - 56101 - MIN.DAS
CIDADES - ANEXO I - O SEGUINTE SUBPROJETO/SUBATIVIDADE:
SUPLEMENTAÇÃO:

APOIO A SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO EM MUNICÍPIOS DE REGIÕES
METROPOLITANAS, DE REGIÕES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO, MUNICÍPIOS COM MAIS DE 50 MIL HABITANTES OU INTEGRANTES
DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS COM MAIS DE 150 MIL HABITANTES - NO
MUNICÍPIO DE APARECIDA DE GOIÂNIA-GO - GND 04 / FONTE 300/ MOD. APL. 40 /
R\$ 10.000.000,00 (Dez milhões de reais)

CANCELAMENTO:

APOIO A SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO EM MUNICÍPIOS DE REGIÕES
METROPOLITANAS, DE REGIÕES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO, MUNICÍPIOS COM MAIS DE 50 MIL HABITANTES OU INTEGRANTES
DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS COM MAIS DE 150 MIL HABITANTES .
175120122006F0101 / GND 04 / FONTE 351/ MOD. APL. 40 / R\$ 10.000.000,00 (Dez
milhões de reais)

JUSTIFICAÇÃO

A Presente Proposta À Medida Provisória De Nº 395/07 Abre crédito extraordinário, em favor de diversos Órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 3.256.764.118,00, para os fins que especifica, visa levar as milhares de famílias beneficiadas condições de habitabilidade dignas, através de ações fundamentais na área de Sistemas de Esgotamento Sanitário. A realizações dos projetos pretendidos irão assegurar sobretudo, mais saúde, inclusão social e cidadania. Somos sabedores, Senhor Relator, que a participação do Governo Federal é de fundamental importância para concretização do que ora se propõe e que a emenda em tela carrega importante contribuição, ao buscar benefícios ao município de Aparecida de Goiânia-GO.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

SANDRO MABEL

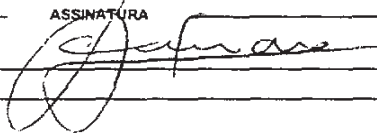
GO

PR

DATA

ASSINATURA

03/10/07



**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO****EMENDA - 00013****MPV 395/2007**

Mensagem 0134/2007-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

Medida Provisória

395/07

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

INCLUA-SE NO TEXTO DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 395/07 - 39252 -
DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES-DNIT -
ANEXO I (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO) - O SEGUINTE
SUBPROJETO/SUBATIVIDADE:

SUPLEMENTAÇÃO:

0237.7E79.0056 - Construção de Trecho Rodoviário - Uruaçu-São Miguel do Araguaia
na BR-080 - no Estado de Goiás / GND 04 / FONTE 311 / MOD. APL. 90 / VALOR R\$
20.000.000,00 (Vinte milhões de reais)

CANCELAMENTO:

Manutenção de Trechos Rodoviários - Na BR-459 - No Estado de Minas Gerais -
267820220205A0101 - GND 04 -MOD 90 -FONTE 111 - Valor 20.000.00,00 (Vinte
Milhões de reais) /

JUSTIFICAÇÃO

A Presente Proposta À Medida Provisória De Nº 395/07 Abre crédito extraordinário, em favor de diversos Órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 3.256.764.118,00, para os fins que especifica, visa assegurar recursos financeiros suficientes para a execução deste importante projeto para o Estado de Goiás, que é a construção do trecho rodoviário Uruaçu-São Miguel do Araguaia na BR-080. Desnecessário se faz afirmar a real necessidade do atendimento a proposição ora apresentada, por se tratar de projeto estrutural para a economia goiana, além de proporcionar maior segurança e diminuição do tempo de trafegabilidade aos milhares de usuários das rodovias envolvidas nesta importante obra. Somos sabedores, Senhor Relator, a participação do Governo Federal é de fundamental importância para concretização do que ora se propõe e que a emenda em tela carrega importante fortalecimento contínuo da economia, não só a nível regional, mas em todo o país.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

SANDRO MABEL

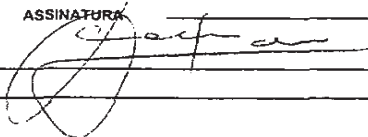
GO

PR

DATA

ASSINATURA

03/10/07



**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

ES

EMENDA - 00014**MPV 395/2007**

Mensagem 0134/2007-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDA PROVISÓRIA

395/2007

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

Nos termos do Art. 111 da Resolução n.º 01/2007, CN, a presente emenda tem por objetivo:

Suprimir dotação parcial da programação orçamentária:

Funcional Programática: 26.783.0237.5E83.0101

Ação: Construção da Ferrovia Norte-Sul – Aguiarnópolis – Palmas - no Estado do Tocantins.

Esfera: Fiscal

GND: 4

RP: 3

MA: 90

Fonte: 111

Valor: R\$ 22.160.000,00

Recompor a programação orçamentária:

Funcional Programática: 26.782.0220.3E42.0011

Ação: Recuperação de trechos rodoviários – divisa MT/RO – divisa RO/AC – na BR 364 – no Estado de Rondônia.

Esfera: Fiscal

GND: 4

RP: 3

MA: 90

Fonte: 111

Valor: R\$ 22.160.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A BR 364, no estado de Rondônia, todos os anos, mais precisamente no período chuvoso que se inicia em outubro e se prolonga até abril no ano seguinte, se torna uma rodovia muito perigosa e de difícil tráfego, em virtude dos danos que lhe são causados pelas intensas chuvas. Quase sempre a rodovia é bloqueada por caminhoneiros e pela população local, que revoltados com o grande número de acidentes e de vítimas fatais, exigem das autoridades mais recursos para a recuperação da BR.

Para a ação de “Recuperação de trechos rodoviários – divisa MT/RO – divisa RO/AC – na BR 364 – no Estado de Rondônia”, constante da programação orçamentária 26.782.0220.3E42.0011, integrante do Projeto Piloto de Investimentos (PPI), foi aprovado na Lei Orçamentária de 2007 o valor de R\$ 23.532.624,00. Dados de execução orçamentária, extraídos do SIAFI, na data de 04/10/2007, informam que já estão empenhados R\$ 7.041.146,41. Isto demonstra que a programação está sendo executada e que a demanda por estes serviços só tende a aumentar.

Desta forma, somos pela recomposição dos valores constantes da Proposta Orçamentária, que foi encaminhada pelo Poder Executivo e aprovada pelo Congresso Nacional em dezembro de 2007.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Deputada Marinha Raupp

RO

PMDB

DATA

ASSINATURA

4/10/2007



**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO****EMENDA - 00015****MPV 395/2007**

Mensagem 0134/2007-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO**MEDIDAS PROVISÓRIAS
MP 395/2007****PÁGINA
01 DE 01****TEXTO**

Suprima-se do Anexo II da MP 395 de 27 de setembro de 2007, publicada no DOU de 28.9.2007, recursos na ordem de R\$14.964.000,00 (Quatorze milhões e novecentos e sessenta e quatro mil Reais) com as especificações que seguem:

ÓRGÃO: 39000 – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES**UNIDADE:** 39252 – DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES – DNIT**PROGRAMA:** 0220 MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA FEDERAL**FUNCIONAL PROGRAMÁTICA:** 26.782.0220.1D60.0032 – RECUPERAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS – DIVISA BA/ES – DIVISA ES/RJ – NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
F	4	3	90	0	111	14.964.000,00

Como consequência da supressão requerida, solicito o cancelamento de idêntico valor no Anexo II, nos seguintes termos:

ÓRGÃO: 39000 – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES**UNIDADE:** 39252 – DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES – DNIT**PROGRAMA:** 0220 MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA FEDERAL**FUNCIONAL PROGRAMÁTICA:** 26.782.0220.205A.0101 – MANUTENÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS – NA BR-459 – NO ESTADO DE MINAS GERAIS – NO ESTADO DO MINAS GERAIS (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)

ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
F	4	3	90	0	111	14.964.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda objetiva impedir o cancelamento de recursos que são imprescindíveis e inadiáveis, para a competitividade econômica do País e para o desempenho da economia do Estado do Espírito Santo. A funcional programática a qual se refere a Medida Provisória 395/2007 em seu Anexo II, que relaciona recursos que serão cancelados, significa a recuperação não só de um trecho da BR-101, mas sim de toda a BR-101 que corta o Estado do Espírito Santo em sua maior dimensão, isto é, o território compreendido entre as fronteiras com os estados do Rio de Janeiro e da Bahia. O trecho capixaba da BR-101 é a rodovia estrutural do Espírito Santo, significando também importante ligação entre as regiões Sudeste e Nordeste do Brasil, permitindo intenso fluxo de veículos de carga e passageiros.

A importância da recuperação desse trecho da BR-101 pode ser enxergada pelos seguintes fatos: Essa obra foi incluída no **Projeto Piloto de Investimentos – PPI**, o que denota ter passado por "*rigoroso processo seletivo dos projetos, planejamento detalhado, garantia do fluxo de recursos necessário ao seu andamento e monitoramento da execução física e financeira*". Já existe em curso um processo licitatório que está baseado nesse recurso, para a contratação dos serviços necessários à consecução da recuperação.

CÓDIGO**2381****NOME DO PARLAMENTAR****SENADOR RENATO CASAGRANDE****UF****ES****PARTIDO****PSB****DATA****04/10/2007****ASSINATURA**

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO****EMENDA - 00016**
MPV 395/2007
Mensagem 0134/2007-CN**INSTRUÇÕES NO VERSO****MP - 395/2007**

MEDIDAS PROVISÓRIAS

PÁGINA
01 DE 02**TEXTO**

Suprima-se do Anexo II da MP 395 de 27 de setembro de 2007, publicada no DOU de 28.9.2007, recursos na ordem de R\$4.600.000,00 (Quatro milhões e seiscentos mil Reais) com as especificações que seguem:

ÓRGÃO: 39000 - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

UNIDADE: 39252 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT

PROGRAMA: 0230 - CORREDOR LESTE

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26.782.0230.12ER.0032 - ADEQUAÇÃO DE CONTORNO RODOVIÁRIO - NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA - NA BR-101 - NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
F	4	3	90	0	111	4.600.000,00

Como consequência da supressão requerida, solicito o cancelamento de idêntico valor no Anexo II, nos seguintes termos:

ÓRGÃO: 39000 - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

UNIDADE: 39252 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT

PROGRAMA: 0230 - CORREDOR LESTE

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26.782.0230.7152.0121 - CONSTRUÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - DIVISA RJ/MG - ILICINEA - DIVISA MG/SP - NA BR265 - NO ESTADO DE MINAS GERAIS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS (CRÉDITO SUPLEMENTAR)

ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
F	4	3	90	0	111	4.600.000,00

CÓDIGO

2381

NOME DO PARLAMENTAR

SENADOR RENATO CASAGRANDE

UF

ES

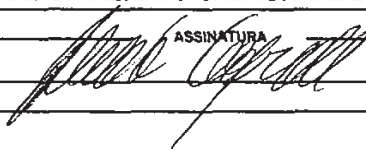
PARTIDO

PSB

DATA

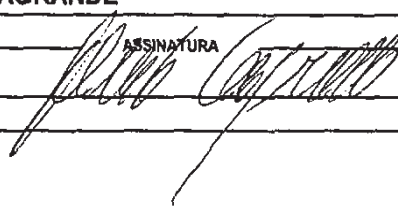
04/10/2007

ASSINATURA



Esta emenda objetiva impedir o cancelamento de recursos que são imprescindíveis e inadiáveis, para a competitividade econômica do País e para o desempenho da economia do Estado do Espírito Santo. A funcional programática a qual se refere a Medida Provisória 395/2007 em seu Anexo II, que relaciona recursos que serão cancelados, significa dotar o segmento da BR-101 que corta o Estado do Espírito Santo, de melhoria na fluidez do tráfego no trecho em que a rodovia corta a região Metropolitana de Vitória, e tem o seu fluxo de veículos adensado com o tráfego urbano. O trecho capixaba da BR-101 é a rodovia estrutural do Espírito Santo, significando também importante ligação entre as regiões Sudeste e Nordeste do Brasil, permitindo intenso fluxo de veículos de carga e passageiros.

A importância dessa obra para a BR-101 pode ser enxergada pelos seguintes fatos: Essa obra foi incluída no **Projeto Piloto de Investimentos – PPI**, o que denota ter passado por “*rigoroso processo seletivo dos projetos, planejamento detalhado, garantia do fluxo de recursos necessário ao seu andamento e monitoramento da execução física e financeira*”. Já existe em curso um processo licitatório que está baseado nesse recurso, para a contratação dos serviços necessários à execução da obra.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
2381	SENADOR RENATO CASAGRANDE	ES	PSB
DATA	ASSINATURA		
04/10/2007			

EMENDA - 00017
MPV 395/2007
Mensagem 0134/2007-CN

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS NÚMERO

MP nº 395/2007/

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

Acrescentar à proposta de Medida Provisória nº 395/2007-CN, Crédito Extraordinário – Programa de Trabalho do Ministério da Integração Nacional, o seguinte subtítulo:

UO: 53101 – Ministério da Integração Nacional

Programa 0515 Proágua Infra-Estrutura

Funcional Programática: 18.544.0515.1162.XXXX

Ação – Implantação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário de Coqueiro Seco no Estado de Alagoas (Proágua Nacional) – No Estado de Alagoas (Crédito Extraordinário)

GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 40 / Valor: R\$ 4.000.000,00

Cancelar:

UO: 53101 – Ministério da Integração Nacional

Programa 0515 Proágua Infra-Estrutura

Funcional Programática: 18.544.0515.5924.0020

Ação – Construção da Barragem do Peao No Estado de Minas Gerais – No Estado de Minas Gerais (Crédito Extraordinário)

GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 90 / Valor: 4.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa alocar recursos para as áreas de Esgotamento Sanitário no Município de Coqueiro Seco, atuando de forma consorciada com outros Municípios da Região Metropolitana de Maceió, visando minimizar os graves problemas decorrentes da falta de um saneamento básico que beneficie grande parte da população. A Região Metropolitana de Maceió/AL, assim como a maioria dos municípios de Alagoas, sofre com a falta de estrutura em Esgotamento Sanitário, o que gera graves problemas de saúde pública e ao meio-ambiente.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Carlos Alberto Canuto


AL

PMDB

DATA

ASSINATURA

04/10/2007



EMENDA - 00018

MPV 395/2007

Mensagem 0134/2007-CN

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS NÚMERO

MP nº 395/2007

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

Acrescentar à proposta de Medida Provisória nº 395/2007-CN, Crédito Extraordinário – Programa de Trabalho do Ministério das Cidades, o seguinte subtítulo:

UO: 56101 – Ministério das Cidades

Programa 0122 Serviços Urbanos de Água e Esgoto

Funcional Programática: 17.512.0122.0654.XXXX

Ação – Apoio à Implantação e Ampliação de Sistemas de Coleta e Tratamento de Esgotos Sanitários em Municípios com População Superior a 30 Mil Habitantes – Sistemas de Esgotos Sanitários na Área da Bacia da Pajuçara – Maceió-AL (Crédito Extraordinário)

GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 30 / Valor: R\$ 2.000.000,00

Cancelar:

UO: 56101 – Ministério das Cidades

Programa 0122 Serviços Urbanos de Água e Esgoto

Funcional Programática: 17.512.0122.006F.0101

Ação – Apoio a Sistemas de Esgotamento Sanitário em Municípios de Regiões Metropolitanas, de Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico, Municípios com mais de 50 Mil Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos com mais de 150 Mil Habitantes – Nacional (Crédito Extraordinário)

GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 40 / Valor: 2.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa alocar recursos para as áreas de Esgotamento Sanitário no Município de Coqueiro Seco, atuando de forma consorciada com outros Municípios da Região Metropolitana de Maceió, visando minimizar os graves problemas decorrentes da falta de um saneamento básico que beneficie grande parte da população. A Região Metropolitana de Maceió/AL, assim como a maioria dos municípios de Alagoas, sofre com a falta de estrutura em Esgotamento Sanitário, o que gera graves problemas de saúde pública e ao meio-ambiente.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Carlos Alberto Canuto

AL

PMDB

DATA

ASSINATURA

04/10/2007



**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO****EMENDA - 00019****MPV 395/2007**

Mensagem 0134/2007-CN

A

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS NÚMERO

MP nº 395/2007/

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

Acrescentar à proposta de Medida Provisória nº 395/2007-CN, Crédito Extraordinário – Programa de Trabalho do Ministério das Cidades, o seguinte subtítulo:

UO: 56101 – Ministério das Cidades

Programa 6002 Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios

Funcional Programática: 16.451.6002.109B.XXXX

Ação – Obras de Infra-Estrutura Urbana em Municípios de Médio e Grande Porte – Obras de Desenvolvimento Urbano nos Bairros Santa Lúcia e Vale do Reginaldo – Maceió-AL (Crédito Extraordinário)

GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 40 / Valor: R\$ 2.000.000,00

Cancelar:

UO: 56101 – Ministério das Cidades

Programa 0310 Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano

Funcional Programática: 15.451.0310.0B16.0101

Ação – Apoio a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – Nacional (Crédito Extraordinário)

GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 40 / Valor: 2.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa alocar recursos para Infra-Estrutura Urbana nos Bairros de Santa Lúcia e Vale do Reginaldo, regiões carentes, de residências precárias, habitadas por famílias em condições extremas de pobreza e falta de acesso à infra-estrutura básica para uma vida digna.

É de fundamental importância a presença do Estado nessas regiões, levando infra-estrutura básica para minimizar os danos causados pelo flagelo da pobreza. Uma infra-estrutura básica pode melhorar significativamente a qualidade de vida dessas famílias, dando maiores condições à sobrevivência.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Carlos Alberto Canuto

AL

PMDB

DATA

04/10/2007

ASSINATURA



**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO****EMENDA - 00020****MPV 395/2007**

Mensagem 0134/2007-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS NÚMERO

MP nº 395/2007

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

Acrescentar à proposta de Medida Provisória nº 395/2007-CN, Crédito Extraordinário – Programa de Trabalho do Ministério das Cidades, o seguinte subtítulo:

UO: 56101 – Ministério das Cidades

Programa 6002 Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios

Funcional Programática: 16.451.6002.109B.XXXX

Ação – Obras de Infra-Estrutura Urbana em Municípios de Médio e Grande Porte – Obras de Desenvolvimento Urbano nos Bairros Santa Lúcia e Vale do Reginaldo – Maceió-AL (Crédito Extraordinário)

GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 40 / Valor: R\$ 2.000.000,00

Cancelar:

UO: 56101 – Ministério das Cidades

Programa 0122 Serviços Urbanos de Água e Esgoto

Funcional Programática: 17.512.0122.006F.0101

Ação – Apoio a Sistemas de Esgotamento Sanitário em Municípios de Regiões Metropolitanas, de Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico, Municípios com mais de 50 Mil Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos com mais de 150 Mil Habitantes – Nacional (Crédito Extraordinário)

GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 40 / Valor: 2.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa alocar recursos para Infra-Estrutura Urbana nos Bairros de Santa Lúcia e Vale do Reginaldo, regiões carentes, de residências precárias, habitadas por famílias em condições extremas de pobreza e falta de acesso à infra-estrutura básica para uma vida digna.

É de fundamental importância a presença do Estado nessas regiões, levando infra-estrutura básica para minimizar os danos causados pelo flagelo da pobreza. Uma infra-estrutura básica pode melhorar significativamente a qualidade de vida dessas famílias, dando maiores condições à sobrevivência.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Carlos Alberto Canuto**AL****PMDB**

DATA

ASSINATURA

04/10/2007

EMENDA - 00021

MPV 395/2007

Mensagem 0134/2007-CN

A

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

INSTRUÇÕES NO VERSO

MPV 395/2007

MEDIDAS PROVISÓRIAS

PÁGINA
01 DE 01

TEXTO

Suprima-se: Parcialmente
26.782.0220.205A0101 – Manutenção de Trechos Rod. na BR-459 no
Estado de Minas Gerais.
GND 4
MOD 90
RP3 – Fonte 111 Valor: 21.420.000,00
Cancele-se o Cancelamento:
2674202203E40.0052
GND: 04
MOD-90
RP-3 Fonte 111 Valor: 21.420.000,00

JUSTIFICAÇÃO

É imprescindível para o desenvolvimento do Estado de Goiás a Recuperação do Trecho Rodoviário: **Divisa – MT/GO – Divisa GO/MT – na BR-364 – no Estado de Goiás**, pois, ao longo deste trecho constata-se diversos problemas de infra-estrutura rodoviária, como: defeitos de construção, escoamento precário, deformações causadas pelos diversos remendos, além da falta de sinalização vertical e horizontal.

A situação em que se encontra essa rodovia inviabiliza o escoamento da produção agrícola e agropecuária, provocando fortes entraves ao desenvolvimento do setor produtivo de Goiás e Região.

Destaco, ainda, que o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC é umas das grandes iniciativas, lançadas pelo Governo Federal, para alavancar o crescimento do País. Neste sentido, cortar o referido investimento seria ir contra um dos princípios básicos de desenvolvimento adotados pelo Governo Lula.

CÓDIGO

419

NOME DO PARLAMENTAR

JOVAIR ARANTES

UF

GO

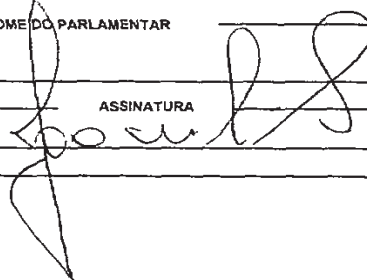
PARTIDO

PTB

DATA

04/10/07

ASSINATURA



EMENDA - 00022

MPV 395/2007

Mensagem 0134/2007-CN

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS NÚMERO

MPV 395/2007

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

Suprima-se na MPV 395/2007 (Parcialmente)
267823371920103 – Construção de Trecho Rodoviário São José Cerrito –
Campos Novos Br 282 no Estado de Santa Catarina
GND 4
MOD 90
Fonte 111 RP-3 Valor de R\$ 10.288.000,00

Cancela-se o Cancelamento:
26.782.0220.3e03.0052
Recuperação de Trecho Rodoviário em Catalão Divisa de Go/Mg.
GND 4
MOD 90
Fonte 111 RP – 3 Valor de R\$ 10.288.000,00

JUSTIFICAÇÃO

É imprescindível para o desenvolvimento do Estado de Goiás a Recuperação do Trecho Rodoviário: **Catalão – Divisa GO/MG, na BR-050**, pois, ao longo deste trecho constata-se diversos problemas de infra-estrutura rodoviária, como: defeitos de construção, escoamento precário, deformações causadas pelos diversos remendos, além da falta de sinalização vertical e horizontal.

A situação em que se encontra essa rodovia inviabiliza o escoamento da produção agrícola e agropecuária, provocando fortes entraves ao desenvolvimento do setor produtivo de Goiás e Região.

Destaco, ainda, que o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC é umas das grandes iniciativas, lançadas pelo Governo Federal, para alavancar o crescimento do País. Neste sentido, cortar o referido investimento seria ir contra um dos princípios básicos de desenvolvimento adotados pelo Governo Lula.

CÓDIGO

419

NOME DO PARLAMENTAR

Jovair Arantes

UF

Go

PARTIDO

PTB

DATA

04/10/2007

ASSINATURA

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO****EMENDA - 00023****MPV 395/2007**

Mensagem 0134/2007-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

MPV 395/2007

MEDIDAS PROVISÓRIAS

PÁGINA
01 DE 01

TEXTO

Suprima-se: Parcialmente

26.782.0230.7152.0121

Const. Trecho Rod. Divisa MG/RJ Ilcinia – Divisa MG/SP – na BR-265

GND 4

MOD 90

RP3 – Fonte 111 Valor: 18.500.000,00

Cancele-se o Cancelamento:

2678202203E180052

GND: 04

MOD-90

RP-3 Fonte 111 Valor: 18.500.000,00

JUSTIFICAÇÃO

É imprescindível para o desenvolvimento do Estado de Goiás a Recuperação do Trecho Rodoviário: **Divisa – MT/GO – Entroncamento da BR-060/364 – na BR-158 – no Estado de Goiás**, pois, ao longo deste trecho constata-se diversos problemas de infra-estrutura rodoviária, como: defeitos de construção, escoamento precário, deformações causadas pelos diversos remendos, além da falta de sinalização vertical e horizontal.

A situação em que se encontra essa rodovia inviabiliza o escoamento da produção agrícola e agropecuária, provocando fortes entraves ao desenvolvimento do setor produtivo de Goiás e Região.

Destaco, ainda, que o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC é umas das grandes iniciativas, lançadas pelo Governo Federal, para alavancar o crescimento do País. Neste sentido, cortar o referido investimento seria ir contra um dos princípios básicos de desenvolvimento adotados pelo Governo Lula.

CÓDIGO

419

JOVAIR ARANTES

NOME DO PARLAMENTAR

UF

GO

PARTIDO

PTB

DATA

04/10/07

ASSINATURA

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA

Bahia

DEM – Antonio Carlos Júnior* ^(S)
PR – César Borges*
PDT – João Durval **

Rio de Janeiro

BLOCO-PRB – Marcelo Crivella*
PMDB – Paulo Duque* ^(S)
BLOCO-PP – Francisco Dornelles **

Maranhão

DEM – Edison Lobão*
PMDB – Roseana Sarney *
BLOCO-PTB – Eptácio Cafeteira **

Pará

PSOL – José Nery* ^(S)
PSDB – Flexa Ribeiro* ^(S)
PSDB – Mário Couto**

Pernambuco

DEM – Marco Maciel*
PSDB – Sérgio Guerra*
PMDB – Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

BLOCO-PT – Aloizio Mercadante*
DEM – Romeu Tuma*
BLOCO-PT – Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

PSDB – Eduardo Azeredo*
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira* ^(S)
DEM – Eliseu Resende**

Goiás

DEM – Demóstenes Torres *
PSDB – Lúcia Vânia*
PSDB – Marconi Perillo**

Mato Grosso

DEM – Jonas Pinheiro *
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko*
DEM – Jayme Campos **

Rio Grande do Sul

BLOCO-PT – Paulo Paim*
BLOCO-PTB – Sérgio Zambiasi*
PMDB – Pedro Simon**

Ceará

PDT – Patrícia Saboya³ *
PSDB – Tasso Jereissati*
BLOCO-PC do B – Inácio Arruda**

Paraíba

DEM – Efraim Morais*
PMDB – José Maranhão*
PSDB – Cícero Lucena **

Espírito Santo

PMDB – Gerson Camata*
BLOCO-PR – Magno Malta*
BLOCO-PSB – Renato Casagrande**

Piauí

DEM – Heráclito Fortes*
PMDB – Mão Santa *
BLOCO-PTB – João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

PMDB – Garibaldi Alves Filho *
DEM – José Agripino*
DEM – Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

BLOCO-PT – Ideli Salvatti*
PMDB – Neuto De Conto * ^(S)
DEM – Raimundo Colombo **

Alagoas

PMDB – Renan Calheiros*
PSDB – João Tenório* ^(S)
PTB – Euclides Mello ^{1, 2}

Sergipe

PMDB – Almeida Lima*
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares*
DEM – Maria do Carmo Alves **

Amazonas

PSDB – Arthur Virgílio*
PDT – Jefferson Péres*
BLOCO-PT – João Pedro** ^(S)

Paraná

BLOCO-PT – Flávio Arns*
PDT – Osmar Dias *
PSDB – Alvaro Dias **

Acre

PMDB – Geraldo Mesquita Júnior*
BLOCO-PT – Sibá Machado* ^(S)
BLOCO-PT – Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

BLOCO-PT – Delcídio Amaral *
PMDB – Valter Pereira* ^(S)
PSDB – Marisa Serrano**

Distrito Federal

PDT – Cristovam Buarque *
DEM – Adelmir Santana * ^(S)
PTB – Gim Argello* ^(S)

Tocantins

BLOCO-PR – João Ribeiro *
PMDB – Leomar Quintanilha*
DEM – Kátia Abreu**

Amapá

PMDB – Gilvam Borges*
PSDB – Papaléo Paes*
PMDB – José Sarney **

Rondônia

BLOCO-PT – Fátima Cleide*
PMDB – Valdir Raupp*
BLOCO-PR – Expedito Júnior**

Roraima

BLOCO-PT – Augusto Botelho*
PMDB – Romero Jucá*
BLOCO-PTB – Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

¹ O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29 de agosto, pelo prazo de 121 dias (Requerimento nº 968, de 2007).

² O Senador Euclides Mello foi empossado em 30.8.2007.

³ Senadora Patricia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e vinte dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais – ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até o ano de 2006.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.3.2007)

Titulares	Suplentes
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA ⁽¹⁾ (DEM/PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1.César Borges (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Marconi Perillo (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PCdoB/PRB/PP)	
Flávio Arns (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	
PMDB	
Valdir Raupp	1. Valter Pereira
Wellington Salgado de Oliveira	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha	
PDT	
Jefferson Peres	

(1) De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.

Leitura: 15.3.2007
Designação: 5.6.2007
Instalação:
Prazo Final:

2) Comissão Parlamentar de Inquérito, composta de 13 Senadores titulares e 8 suplentes, para, no prazo de cento e oitenta dias, apurar as causas, condições e responsabilidades relacionadas aos graves problemas verificados no sistema de controle do tráfego aéreo, bem como nos principais aeroportos do país, evidenciados a partir do acidente aéreo, ocorrido em 29 de setembro de 2006, envolvendo um Boeing 737-800 da Gol e um jato Legacy da American ExcelAire, e que tiveram seu ápice no movimento de paralisação dos controladores de voo ocorrido em 30 de março de 2007.

(Requerimento nº 401, de 2007)

(13 titulares e 8 suplentes)

Presidente: Senador Tião Viana – (PT-AC)

Vice-Presidente: Senador Renato Casagrande – (PSB-ES)

Relator: Senador Demóstenes Torres – (DEM-GO)

Titulares	Suplentes
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM/PSDB)	
(vago) ³	1.Raimundo Colombo (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	2.Romeu Tuma (DEM)
José Agripino (DEM)	
Mário Couto (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PCdoB/PRB/PP)	
Tião Viana (PT)	1. Ideli Salvatti (PT)
Sibá Machado (PT)	2. João Pedro (PT) ²
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Inácio Arruda (PCdoB)
Renato Casagrande (PSB)	
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Romero Jucá
Gilvam Borges	2. Valdir Raupp
Wellington Salgado	
PDT	
(vago) ¹	

¹ O Senador Osmar Dias deixa de compor esta Comissão, a partir de 29.05.2007 (Ofício nº 70/07 – GLPDT).

² O Senador Expedito Júnior foi substituído pelo Senador João Pedro, conforme número 114/2007 – da liderança do Bloco de Apoio do Governo, lido na sessão de 16/05/2007.

³ Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

Leitura: 25.4.2007

Designação: 15.5.2007

Instalação: 17.5.2007

Prazo Final: 26.11.2007

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Temporária Externa, composta de três Senadores, com o intuito de avaliar as condições da pista do aeroporto de Congonhas.

(Requerimento nº 50, de 2007, aprovado em 13.2.2007)

Aloizio Mercadante – PT
Eduardo Suplicy – PT
Romeu Tuma – DEM

Leitura: 8.2.2007

Designação: 13.2.2007

Instalação:

Prazo Final:

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Aloizio Mercadante – PT
Vice-Presidente: Senador Eliseu Rezende - DEM

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns – PT
Francisco Dornelles – PP	2. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	3. Ideli Salvatti – PT
Aloizio Mercadante – PT	4. Sibá Machado – PT
Fernando Collor – PTB	5. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande – PSB	6. Inácio Arruda – PC do B
Expedito Júnior – PR	7. Patrícia Saboya – PSB
Serys Slhessarenko – PT	8. Antonio Carlos Valadares – PSB
João Vicente Claudino – PTB	9. João Ribeiro – PR
PMDB	
Romero Jucá	1. Valter Pereira
Valdir Raupp	2. Roseana Sarney
Pedro Simon	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Leomar Quintanilha
Gilvam Borges	5. (vago)
Neuto De Conto	6. Paulo Duque
Garibaldi Alves Filho	7. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Adelmir Santana - DEM	1. Jonas Pinheiro - DEM
Edison Lobão - DEM	2. (vago) ¹
Eliseu Resende - DEM	3. Demóstenes Torres - DEM
Jayme Campos - DEM	4. Rosalba Ciarlini - DEM
Kátia Abreu - DEM	5. Marco Maciel - DEM
Raimundo Colombo - DEM	6. Romeu Tuma - DEM
Cícero Lucena – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Eduardo Azeredo – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Marconi Perillo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	10. João Tenório – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

¹ Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE – ASSUNTOS MUNICIPAIS
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Cícero Lucena - PSDB
Vice-Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Antonio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Serys Slhessarenko – PT
Expedito Júnior – PR	3. João Vicente Claudino – PTB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Mão Santa
Garibaldi Alves Filho	2. Renato Casagrande – PSB ⁽¹⁾
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Jayme Campos - DEM	1. Jonas Pinheiro - DEM
Raimundo Colombo - DEM	2. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
(PMDB, PSDB, PDT) ⁽²⁾	
Cícero Lucena - PSDB	1. vago

⁽¹⁾ Vaga do PMDB cedida ao PSB

⁽²⁾ Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – PREVIDÊNCIA SOCIAL
(7 titulares e 7 suplentes)

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – REFORMA TRIBUTÁRIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senador Neuto De Conto – PMDB
Relator: Senador Francisco Dornelles - PP

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Renato Casagrande – PSB
Francisco Dornelles – PP	2. Ideli Salvatti – PT
PMDB	
Mão Santa	1. vago
Neuto De Conto	2. vago
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Raimundo Colombo - DEM	1. João Tenório – PSDB ⁽²⁾
Osmar Dias – PDT ⁽¹⁾	2. Cícero Lucena – PSDB ⁽²⁾
Tasso Jereissati – PSDB	1. Flexa Ribeiro – PSDB

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT

⁽²⁾ Vaga cedida ao PSDB

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Delcídio Amaral – PT	1. Francisco Dornelles – PP
Inácio Arruda – PC do B	2. Renato Casagrande – PSB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	2. Valter Pereira
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Kátia Abreu - DEM	1. José Agripino - DEM
Eliseu Resende - DEM	2. Romeu Tuma - DEM
Sérgio Guerra – PSDB	1. Tasso Jereissati – PSDB

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senadora Patrícia Saboya - PSB
Vice-Presidente: Senadora Rosalba Ciarlini – DEM

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Patrícia Saboya – PSB	1. Fátima Cleide – PT
Flávio Arns – PT	2. Serys Slhessarenko – PT
Augusto Botelho – PT	3. Expedito Júnior – PR
Paulo Paim – PT	4. Fernando Collor – PTB
Marcelo Crivella – PRB	5. Antonio Carlos Valadares – PSB
Inácio Arruda – PC do B	6. Ideli Salvatti – PT
João Pedro – PT	7. Magno Malta – PR
	8. (vago)
PMDB	
Romero Jucá	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Valter Pereira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Neuto De Conto
Wellington Salgado de Oliveira	5. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Jayme Campos – DEM	2. Heráclito Fortes – DEM
Kátia Abreu – DEM	3. Raimundo Colombo – DEM
Rosalba Ciarlini – DEM	4. Romeu Tuma – DEM
Eduardo Azeredo – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
Papaléo Paes – PSDB	7. Marisa Serrano – PSDB
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque
PSOL	
José Nery	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA.
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella - PRB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim - PT	1. Flávio Arns – PT
Marcelo Crivella - PRB	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Jayme Campos– DEM	2. Kátia Abreu - DEM

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. Fátima Cleide - PT
Paulo Paim - PT	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Papaléo Paes – PSDB
Rosalba Ciarlini – DEM	2. Marisa Serrano - PSDB

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO,
ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE.**

(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB

Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. (vago)
DEM ou PDT	
João Durval - PDT	1. Adelmir Santana - DEM
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Papaléo Paes – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Rosalba Ciarlini – DEM	2. Kátia Abreu - DEM

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: (vago) ¹
Vice-Presidente: Senador Valter Pereira - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Paulo Paim - PT
Sibá Machado – PT	2. Ideli Salvatti - PT
Eduardo Suplicy – PT	3. Patrícia Saboya - PSB
Aloizio Mercadante – PT	4. Inácio Arruda – PC do B
Epitácio Cafeteira - PTB	5. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	6. Magno Malta - PR
Antonio Carlos Valadares - PSB	
PMDB	
Pedro Simon	1. Roseana Sarney
Valdir Raupp	2. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	3. Leomar Quintanilha
Jarbas Vasconcelos	4. Paulo Duque
Valter Pereira	5. José Maranhão
Gilvam Borges	6. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Adelmir Santana – DEM	1. Eliseu Resende – DEM
(vago) ¹	2. Jayme Campos – DEM
Demóstenes Torres – DEM	3. José Agripino – DEM
Edison Lobão – DEM	4. Kátia Abreu – DEM
Romeu Tuma – DEM	5. Maria do Carmo Alves – DEM
Arthur Virgílio - PSDB	6. Flexa Ribeiro - PSDB
Eduardo Azeredo - PSDB	7. João Tenório - PSDB
Lúcia Vânia - PSDB	8. Marconi Perillo - PSDB
Tasso Jereissati - PSDB	9. Mário Couto - PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

¹ Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO – IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES
(5 titulares)

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Gilvam Borges – PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. Patrícia Saboya - PSB
Augusto Botelho - PT	2. João Pedro - PT
Fátima Cleide - PT	3. Aloizio Mercadante - PT
Paulo Paim - PT	4. Antonio Carlos Valadares - PSB
Ideli Salvatti - PT	5. Francisco Dornelles - PP
Inácio Arruda – PC do B	6. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande - PSB	7. João Vicente Claudino – PTB
Sérgio Zambiasi - PTB	8. Magno Malta – PR
João Ribeiro - PR	9. (vago)
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Romero Jucá
Gilvam Borges	2. Leomar Quintanilha
Mão Santa	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Valter Pereira
Paulo Duque	5. Jarbas Vasconcelos
Geraldo Mesquita Júnior	6. (vago)
(vago)	7. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Edison Lobão - DEM	1. Adelmir Santana - DEM
Heráclito Fortes - DEM	2. Demóstenes Torres - DEM
Maria do Carmo Alves - DEM	3. Jonas Pinheiro - DEM
Marco Maciel - DEM	4. José Agripino - DEM
Raimundo Colombo - DEM	5. Kátia Abreu - DEM
Rosalba Ciarlini - DEM	6. Romeu Tuma - DEM
Marconi Perillo - PSDB	7. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano - PSDB	8. Eduardo Azeredo - PSDB
Papaléo Paes - PSDB	9. (vago) ¹
Flexa Ribeiro- PSDB	10. Lúcia Vânia - PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

¹ Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Presidente: Senador Demóstenes Torres - DEM
Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano - PSDB

(12 titulares e 12 suplentes)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim - PT	1. (vago)
Flávio Arns - PT	2. (vago)
Sérgio Zambiasi - PTB	3. Magno Malta - PR
PMDB	
Geraldo Mesquita Júnior	1. Valdir Raupp
Valter Pereira	2. (vago)
Paulo Duque	3. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres - DEM	1. Maria do Carmo Alves - DEM
Romeu Tuma - DEM	2. Marco Maciel - DEM
Rosalba Ciarlini - DEM	3. Raimundo Colombo - DEM
Marisa Serrano - PSDB	4. Eduardo Azeredo - PSDB
Marconi Perillo - PSDB	5. Flexa Ribeiro- PSDB
PDT	
Francisco Dornelles - PP	1. Cristovam Buarque

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA **(9 titulares e 9 suplentes)**

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO **(7 titulares e 7 suplentes)**

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE **(7 titulares e 7 suplentes)**

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente: Senador Leomar Quintanilha- PMDB

Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano – PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Sibá Machado – PT	2. Augusto Botelho –PT
Fátima Cleide – PT	3. Serys Slhessarenko – PT
João Ribeiro – PR	4. Inácio Arruda – PC do B
Fernando Collor – PTB	5. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Gilvam Borges
Valdir Raupp	3. Garibaldi Alves Filho
Valter Pereira	4. Geraldo Mesquita Júnior
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Eliseu Resende – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Heráclito Fortes – DEM	2. César Borges – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	3. Edison Lobão – DEM
José Agripino – DEM	4. Raimundo Colombo – DEM
Cícero Lucena – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE – AQUECIMENTO GLOBAL
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Renato Casagrande- PSB
Vice-Presidente: Senador Marconi Perillo – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Inácio Arruda – PC do B	2. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
	1. Adelmir Santana – DEM
Marconi Perillo – PSDB	2. Marisa Serrano – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Cícero Lucena- PSDB
Vice-Presidente: Senador João Ribeiro – PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
João Ribeiro – PR	1. Inácio Arruda – PC do B
Serys Slhessarenko – PT	2. Augusto Botelho –PT
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Jonas Pinheiro – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Cícero Lucena – PSDB	5. Marisa Serrano – PSDB

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim- PT
Vice-Presidente: Senador Cícero Lucena – PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko- PT
Fátima Cleide – PT	2. Eduardo Suplicy – PT
Paulo Paim – PT	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya – PSB	4. Sibá Machado - PT
Inácio Arruda – PC do B	5. Ideli Salvatti- PT
	6. Marcelo Crivella - PRB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Mão Santa
Geraldo Mesquita Júnior	2. Romero Jucá
Paulo Duque	3. (vago)
Wellington Salgado de Oliveira	4. Valter Pereira
Gilvam Borges	5. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
César Borges – DEM	1. Edison Lobão – DEM
Eliseu Resende – DEM	2. Heráclito Fortes – DEM
Romeu Tuma – DEM	3. Jayme Campos – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	4. Maria do Carmo Alves – DEM
Arthur Virgílio – PSDB	5. Mário Couto – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	6. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ¹	7. Papaléo Paes
PDT	
Cristovam Buarque	1. (vago)
PSOL	
José Nery	

¹ Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: scomcdh@senado.gov.br.

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim – PT	1. Flávio Arns – PT
Serys Slhessarenko- PT	2. Sibá Machado - PT
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Gilvam Borges
Geraldo Mesquita Júnior	2. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Maria do Carmo Alves – DEM	1. (vago)
Heráclito Fortes – DEM	2. (vago)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Papaléo Paes – PSDB

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE
(7 titulares e 7 suplentes)

6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO TRABALHO ESCRAVO
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador José Nery - PSOL
Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda – PCdoB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns - PT
	2. Patrícia Saboya – PSB .
PMDB	
Inácio Arruda – Pcdob	1. Geraldo Mesquita Júnior
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Maria do Carmo Alves – DEM	1. Edison Lobão – DEM
Lúcia Vânia – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
PSOL	
José Nery	

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente – Senador Heráclito Fortes - DEM
Vice-Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Inácio Arruda – PC do B
Marcelo Crivella – PRB	2. Aloizio Mercadante – PT
Fernando Collor – PTB	3. Augusto Botelho – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	4. Serys Slhessarenko – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	5. Fátima Cleide – PT
João Ribeiro – PR	6. Francisco Dornelles – PP
PMDB	
Pedro Simon	1. Valdir Raupp
Mão Santa	2. Leomar Quintanilha
(vago)	3. Wellington Salgado de Oliveira
Jarbas Vasconcelos	4. Gilvam Borges
Paulo Duque	5. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Heráclito Fortes – DEM	1. Edison Lobão – DEM
Marco Maciel – DEM	2. César Borges – DEM
Maria do Carmo Alves – DEM	3. Kátia Abreu – DEM
Romeu Tuma – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
Arthur Virgílio – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. (vago) ¹
João Tenório – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

¹ Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
 Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
 E – Mail: giraomot@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS
BRASILEIROS NO EXTERIOR
(7 titulares e 7 suplentes)**

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti - PTB

Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	2. Fátima Cleide - PT
PMDB	
Valdir Raupp	1. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	2. Gilvam Borges
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Marco Maciel – DEM
Flexa Ribeiro - PSDB	2. Arthur Virgílio – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Cristovam Buarque

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: giraomot@senado.gov.br

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL
SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Fernando Collor - PTB

Vice-Presidente: Senador João Ribeiro - PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fernando Collor - PTB	1. Inácio Arruda – PC do B
João Ribeiro - PR	2. Augusto Botelho - PT
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
(vago)	2. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Rosalba Ciarlini – DEM
Eduardo Azeredo - PSDB	2. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: giraomot@senado.gov.br

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS
FORÇAS ARMADAS**

(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Romeu Tuma - DEM

Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fernando Collor - PTB	1. Marcelo Crivella – PRB
PMDB	
Paulo Duque	1. Pedro Simon
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Marco Maciel – DEM
Eduardo Azeredo - PSDB	2. Flexa Ribeiro – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1.

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

E – Mail: giraomot@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente - Senador Marconi Perillo - PSDB
Vice-Presidente – Senador Delcídio Amaral - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Flávio Arns– PT
Delcídio Amaral– PT	2. Fátima Cleide– PT
Ideli Salvatti– PT	3. Aloizio Mercadante– PT
Francisco Dornelles– PP	4. João Ribeiro– PR
Inácio Arruda– PC do B	5. Augusto Botelho – PT
Fernando Collor– PTB	6. João Vicente Claudino – PTB
Exedito Júnior– PR	7. Renato Casagrande– PSB
PMDB	
Romero Jucá	1. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	2. José Maranhão
Leomar Quintanilha	3. Gilvam Borges
(vago)	4. Neuto De Conto
Valter Pereira	5. Geraldo Mesquita Júnior
Wellington Salgado de Oliveira	6. Pedro Simon
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Adelmir Santana – DEM	1. Demóstenes Torres – DEM
Eliseu Resende – DEM	2. Marco Maciel – DEM
Jayme Campos – DEM	3. Jonas Pinheiro – DEM
Heráclito Fortes – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
Raimundo Colombo – DEM	5. Romeu Tuma – DEM
João Tenório – PSDB	6. Cícero Lucena – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Mário Couto – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Tasso Jereissati – PSDB
PDT	
João Durval	1. (vago)

Secretária: Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail : scomci@senado.gov.br

**8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR A
IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC
(7 titulares e 7 suplentes)**

**9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente - Senadora Lúcia Vânia - PSDB
Vice-Presidente – Senador Jonas Pinheiro - DEM**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fátima Cleide – PT	1. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya – PSB	2. Expedito Júnior – PR
João Pedro - PT	3. Inácio Arruda – PC do B
João Vicente Claudino – PTB	4. Antonio Carlos Valadares – PSB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	
PMDB	
José Maranhão	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Wellington Salgado de Oliveira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valter Pereira	4. Valdir Raupp
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	2. Jayme Campos – DEM
Marco Maciel – DEM	3. Kátia Abreu – DEM
Rosalba Ciarlini – DEM	4. Maria do Carmo Alves – DEM
Lúcia Vânia – PSDB	5. Tasso Jereissati – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. João Tenório – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente – Senador Neuto De Conto - PMDB
Vice-Presidente - Senador Expedito Júnior - PR

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	3. João Ribeiro – PR
Expedito Júnior – PR	4. Augusto Botelho – PT
João Pedro – PT	5. José Nery – PSOL
PMDB	
Garibaldi Alves Filho	1. Valdir Raupp
Leomar Quintanilha	2. Romero Jucá
Pedro Simon	3. Valter Pereira
Neuto De Conto	4. Mão Santa
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Heráclito Fortes – DEM	1. Edison Lobão – DEM
César Borges – DEM	2. Eliseu Resende – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	3. Raimundo Colombo – DEM
Kátia Abreu – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
Cícero Lucena – PSDB	5. Marconi Perillo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. João Tenório – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente – Senador João Tenório - PSDB
Vice-Presidente - Senador Sibá Machado - PT

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	2. João Ribeiro – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Valdir Raupp
Neuto De Conto	2. Mão Santa
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Jonas Pinheiro – DEM	1. Raimundo Colombo – DEM – DEM
	2. Rosalba Ciarlini – DEM – DEM
João Tenório – PSDB	3. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano – PSDB	

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente – Senador Wellington Salgado de Oliveira - PMDB

Vice-Presidente – Senador Marcelo Crivella - PRB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Marcelo Crivella – PRB	1. Expedito Júnior – PR
Augusto Botelho – PT	2. Flávio Arns – PT
Renato Casagrande – PSB	3. João Ribeiro – PR
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Francisco Dornelles – PP
Ideli Salvatti – PT	5. Fátima Cleide – PT
PMDB	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Garibaldi Alves Filho
Gilvam Borges	3. Mão Santa
Valter Pereira	4. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Eliseu Resende – DEM
Romeu Tuma – DEM	2. Heráclito Fortes – DEM
Maria do Carmo Alves – DEM	3. Marco Maciel – DEM
José Agripino – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
João Tenório – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. Marconi Perillo – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
(vago)	1. (vago)

Secretária: Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: Quartas-Feiras às 8:45 horas
Telefone: 3311-1120 Fax: 3311-2025
E – Mail: scomcct@senado.gov.br.

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB
Vice-Presidente – Senador Renato Casagrande - PSB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Renato Casagrande – PSB	2. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Gilvam Borges
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Heráclito Fortes – DEM
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Cícero Lucena – PSDB

**11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA O ESTUDO, ACOMPANHAMENTO E APOIO AO
DESENVOLVIMENTO DOS PÓLOS TECNOLÓGICOS**
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente –
Vice-Presidente –

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Marcelo Crivella – PRB	1. Francisco Dornelles – PP
Augusto Botelho – PT	2. Fátima Cleide – PT
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Rosalba Ciarlini – DEM
Cícero Lucena – PSDB	2. Eduardo Azeredo – PSDB

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 06/03/2007)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

6ª Eleição Geral: 06.03.2007

Presidente: Senador Leomar Quintanilha ⁸

Vice-Presidente: Senador Adelmir Santana ³

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Augusto Botelho (PT)	RR	2041	1. (vago)		
João Pedro (PT) ⁹	PT	1166	2. Fátima Cleide (PT) ⁵	RO	2391
Renato Casagrande (PSB)	ES	1129	3. Ideli Salvatti (PT) ²	SC	2171
(vago) ¹			4. (vago)		
Eduardo Suplicy (PT)	SP	3213	5. (vago)		
MAIORIA (PMDB)					
Wellington Salgado de Oliveira	MG	2244	1. Valdir Raupp	RO	2252
Almeida Lima ⁴	SE	1312	2. Gerson Camata	ES	3235
Gilvam Borges	AP	1713	3. Romero Jucá	RR	2112
Leomar Quintanilha	TO	2073	4. José Maranhão	PB	1891
DEM					
Demóstenes Torres	GO	2091	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Heráclito Fortes	PI	2131	2. César Borges (PR) ¹⁰	BA	2212
Adelmir Santana	DF	4702	3. Maria do Carmo Alves	SE	1306
PSDB					
Marconi Perillo	GO	1961	1. Arthur Virgílio ⁶	MS	3016
Marisa Serrano ⁷	AM	1413	2. Sérgio Guerra	PE	2382
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. (vago)		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (DEM/SP)					2051

(Atualizada em 1º.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ Eleito na Sessão de 29.5.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão, Senador Eptácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECAF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007.

² Eleitos na Sessão de 29.5.2007.

³ Eleito em 30.5.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP.

⁴ Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.6.2007.

⁵ Eleita na Sessão de 27.6.2007.

⁶ Eleito na Sessão de 04.07.2007, em vaga anteriormente ocupada pela Senadora Marisa Serrano, que renunciou em 04.07.2007.

⁷ Eleita na Sessão de 04.07.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Arthur Virgílio, que renunciou em 04.07.2007.

⁸ Eleito em 27.06.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP.

⁹ Eleito na Sessão de 16.08.2007.

¹⁰ O Senador César Borges deixou o Partido dos Democratas (DEM) e filiou-se ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º.10.2007.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma ¹ (DEM-SP)	Corregedor
(Vago)	1º Corregedor Substituto
(Vago)	2º Corregedor Substituto
(Vago)	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 6.3.2007)

Notas:

¹ Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

(Vago) ¹	
Demóstenes Torres ² (DEM-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias ^{2 4 5}	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide ³ (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo

Atualizado em 1º.2.2007

Notas:

¹ Vaga ocupada pelo Senador Ramez Tebet, falecido em 17.11.2006.

² Em 29.3.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 031/2005, das indicações dos Senadores Demóstenes Torres e Álvaro Dias.

³ Em 17.5.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 285/2005, da indicação da Senadora Fátima Cleide.

⁴ O Senador Alvaro Dias licenciou-se do exercício do mandato a partir de 26 de março de 2007, pelo prazo de 121 dias, de acordo com o Requerimento nº 258, de 2007.

⁵ O Senador Alvaro Dias retornou ao exercício do mandato em 31 de julho de 2007.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257
scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral: 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

3º Designação Geral: 03.04.2007

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko¹

Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda¹

PMDB
Senadora Roseana Sarney (MA)
DEM
Senadora Maria do Carmo Alves (SE)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PR
(vago)
PDT
Senador Cristovam Buarque (DF)
PSB
Senadora Patrícia Saboya (CE)
PC do B
Senador Inácio Arruda (CE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
PP
(vago)
PSOL
(vago)

(Atualizada em 21.06.2007)

¹. Eleitos em 21.06.2007

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Álvaro Dias (PSDB-PR)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (DEM-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Waldemir Moca (PMDB-MS)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador César Borges (DEM-BA)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado José Carlos Machado (DEM-SE)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Magno Malta (PR-ES)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado Zenaldo Coutinho (PSDB-PA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Marco Maciel (DEM-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Vieira da Cunha (PDT-RS)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 1º.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier

Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho¹

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO ²	EMANUEL SOARES CARNEIRO ²
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO ²
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE ²
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT ²	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER ³	(VAGO)
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA ²	STEPAN NERCESSIAN ²
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS ²	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHÉLIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO ²	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

¹ Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

² Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

³ Eleito como suplente na Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004. Foi convocado como titular na 6ª Reunião de 2006 do CCS, realizada em 7.8.2006, em função do falecimento, em 30.5.2006, do Conselheiro Daniel Koslowsky Herz.

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA⁴

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) ⁵

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

⁴ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

⁵ Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)²

Vice-Presidente: Deputado George Hilton (PP-MG)²

Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz (PSDB-RS)²

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (DEM/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR ³ (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
MAX ROSENMAN (PMDB/PR)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. FERNANDO CORUJA (PPS/SC)
GERALDO RESENDE (PPS/MS)	2. MATTEO CHIARELLI ⁴ (DEM/RS)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. (vago) ¹
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 2.10.2007)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

¹ Vago em virtude do falecimento do Deputado Júlio Redecker (PSDB-RS), ocorrido em 17.07.2007.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29 de agosto, pelo prazo de 121 dias conforme Requerimento nº 968, de 2007, publicado no DSF de 29.8.2007.

⁴ Em substituição ao Deputado Gervásio Silva, conforme Ofício nº 331-L-DEM/07, de 2.10.2007, do Líder do Democratas, Deputado Onyx Lorenzoni. À publicação em 2.10.2007.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> VALDIR RAUPP PMDB-RO
<u>LÍDER DA MINORIA</u> ZENALDO COUTINHO PSDB-PA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> DEMOSTENES TORRES DEM-GO
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> VIEIRA DA CUNHA PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> HERÁCLITO FORTES PFL-PI

(Atualizada em 1º.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho**, a favor do **FUNSEEP** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – **UG/GESTÃO: 020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**

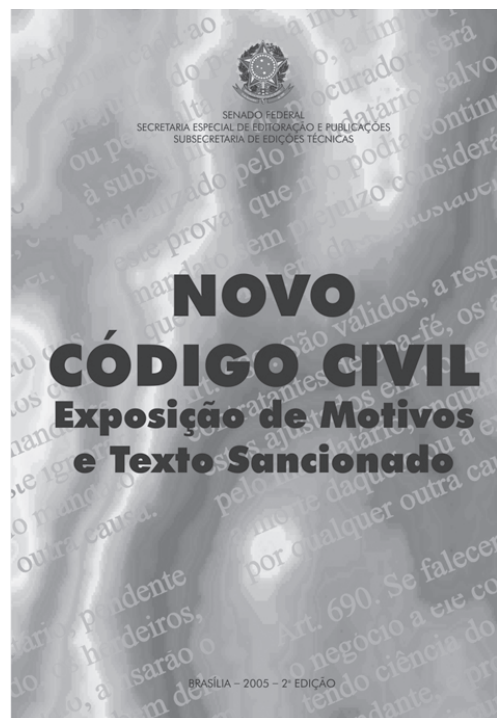


SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Novo Código Civil Brasileiro

Texto da Lei nº 10.406, sancionada pelo Poder Executivo em 12 de janeiro de 2002, acompanhado da respectiva Exposição de Motivos, datada de 1975.

Conheça nosso catálogo na Internet
www.senado.gov.br/catalogo



Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



EDIÇÃO DE HOJE: 84 PÁGINAS